



CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Mensagem da Diretoria

Prezados Acionistas e Colaboradores, Com satisfação, apresentamos o Relatório Anual da Administração 2023. Esse é um abrangente registro das conquistas alcançadas ao longo do último ano, quando nossa empresa demonstrou resiliência e compromisso com a excelência na prestação de serviços dos nossos segmentos de saneamento, rodovias e energia.

Alcançamos resultados importantes que refletem o esforço conjunto dos nossos times. Os números que serão apresentados testemunham nosso objetivo de gerar valor para nossos acionistas, clientes e comunidades onde operamos.

Enquanto 2022 foi um ano de assinar contratos e iniciar as implantações, ainda sem receita, como as concessões da Via Brasil BR-163 e Águas do Sertão, 2023 será o primeiro ano com operação comercial completa, em todos os ativos distribuídos em 8 estados brasileiros. Portanto, mesmo 2023 figurando como período de transição de ativos pré-operacionais a operacionais, com receitas parciais em parte dos projetos, ainda assim registramos um aumento de 70% de receitas, encerrando o período com R\$ 1,9 bilhão em receitas líquidas e EBITDA de R\$ 498 milhões (um aumento de 81% em relação a 2022).

Resaltamos o apoio dos nossos acionistas, que aportaram cerca de R\$ 508 milhões em capital na Conasa, reforçando a estrutura de capitais da empresa, reduzindo a alavancagem e permitindo investimentos relevantes pela holding, como a consolidação de 100% da Águas do Sertão e os aumentos de capital na Via Brasil BR-163. Com a operação comercial plena em 2024, a alavancagem ficará em níveis ainda mais confortáveis e compatíveis com o fluxo de caixa dos projetos, na média do mercado de infraestrutura.

Durante o ano, concentramos, também esforços no fortalecimento de nossas operações, pela padronização e otimização de processos. Investimos na reestruturação do modelo de gestão, junto com Bain & Company, consultoria de classe mundial, visando aumento da eficiência dos processos e agilidade da tomada de decisões. Ao mesmo tempo que criamos camadas de controle e gestão, a Conasa passou a assumir, cada vez mais, o protagonismo da gestão estratégica e centralizada dos ativos.

A medida que avançamos para o próximo período, permanecemos tocados em uma gestão eficiente, com ativos operacionais, gerando boas margens, com financiamentos estruturados e de longo prazo, mantendo, também, nosso compromisso com a sustentabilidade, reconhecendo nossa responsabilidade ambiental e social.

Agradecemos a confiança e o apoio contínuo de nossos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros. Juntos, acreditamos que a Conasa está preparada para ser uma plataforma de investimentos para transformar a infraestrutura brasileira, comprometida com a criação de valor sustentável para todas as partes interessadas.

Se o futuro pede, a Conasa faz.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente



Destaques e Resultados do Ano:

Grupo Conasa

Ranking Valor Econômico
Conasa entre as 1.000 maiores do Brasil.

Valor 1000 2023

+173% de Receita total.

R\$ 508 milhões de aporte dos acionistas, consolidando-os como maiores acionistas, com 60% de participação econômica e 44% do controle da companhia.



Lançamento do Framework
Financiamento Sustentável e Azul.

R\$ 1.036 bilhão de investimentos realizados.



Nova estrutura de gestão.

Saneamento

+121%

Volume de água tratada e distribuída

+92%

Receita Total

+18%

Volume de esgoto doméstico coletado e tratado

Águas do Sertão

- Aquisição de 50% da participação acionária da Allonda
- Escassez de água devido o investimentos não realizados pelo Poder Concedente serão solucionados pelo Compant e pelo Estado de Alagoas através de aditivo contratual que reequilibra o Contrato de Concessão (24 de janeiro de 2024)
- Emissão de debêntures concluída no valor de R\$ 1,1 bilhão (01 de fevereiro de 2024)
- 100% energia renovável (a partir de 2024)

Águas de Itapema

- 100% energia renovável
- Avanço significativo na urbanização impulsionado por novas casas de veraneio com impacto positivo na geração de resultados operacionais: +5% conexões, +8% volume, +21% receitas.
- O crescimento apresenta desafios, incluindo novos investimentos delineados na revisão do plano municipal de saneamento

Sanesalto

- 100% energia renovável

Rodovias

+286%

Receita de Pedágio

+535%

Receita Total

+19%

de tráfego

Via Brasil BR-163

- 100% das cabines de pedágio operacionais
- Praça de Pedágio 1 (Cláudio - MT)
Início da cobrança: 13/02/23
- Praça de Pedágio 2 (Guarantã do Norte - MT)
Início da cobrança: 13/02/23
- Praça de Pedágio 3 (Trairão - PA)
Início da cobrança: 08/05/23 (48% do tarifa)
- Início da cobrança: 10/08/23 (87% do tarifa)
- Início da cobrança: 01/11/23 (100% do tarifa)
- Assinatura de 4 termos de cooperação com Comunidades Indígenas

Via Brasil MT-246

- 100% das cabines de pedágio operacionais - 1º ano completo

Via Brasil MT-320

- Antecipação da reabilitação do pavimento da rodovia
- Tráfego 13% acima do previsto

Via Brasil MT-100

- Tráfego 14% acima do previsto

Energia

358 mil

unidades de iluminação pública sob gestão

+37%

Receita Total

88%

do parque total em LED (62% em 2022)

Luz de Belém

- 64.000 pontos de LED instalados
- 68%

Teresina Luz

- Venda da participação aos demais acionistas no valor de R\$ 39 milhões

2020

- Concedido FEC vence concorrência da SABESP no âmbito do programa de despoluição do Novo Rio Pinheiros.
- Vencedora da Concessão para a rodovia MT-246 com o consórcio Via Brasil.
- Consórcio Luz de Belém, liderado pela Conasa, vence o leilão de PPP de iluminação pública de Belém.

2021

- Assinatura do Contrato de Concessão da BR-163.
- Aquisição dos acionistas minoritários da Via Brasil BR-163 que passa a ser 100% Conasa.
- Assinatura do Contrato de Concessão da Águas do Sertão.
- Inauguração de obra da SABESP executada pelo consórcio FEC.
- Início de operação da Águas do Sertão, Via Brasil MT-246 e Luz de Belém.
- Assinatura de contrato de compra e venda das ações detidas pela Allonda Saneamento na Águas do Sertão, que passa a ser 100% Conasa em janeiro de 2023.

2022

- Conasa vence em conjunto com a Allonda a concessão de saneamento do Bico B do Estado de Alagoas, criando a Águas do Sertão.
- Conasa vence em conjunto com a Allonda a concessão de saneamento do Bico B do Estado de Alagoas, criando a Águas do Sertão.

2023

- Venda da Teresina Luz.

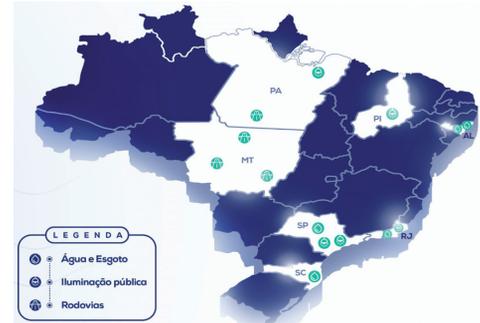
Perfil e Governança

CONASA | Presente nas 5 regiões do Brasil

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 23 empresas, sendo 14 concessões ou Parcerias Público Privadas ("PPPs"), além de 4 consórcios e mais 5 empresas de serviços e investimentos.

Sediado em Londrina, PR, desde 2007, o Grupo Conasa consolidou-se como uma plataforma de investimento em concessões de infraestrutura de médio porte. Operando 23 empresas, nos segmentos de saneamento, energia e rodovias, nossos investimentos vêm somar-se ao esforço do poder público, contribuindo para o desenvolvimento do país nesses segmentos essenciais.

Em 2023, a **Generate Capital** tornou-se acionista majoritária com 60% de participação financeira e 44% do controle da empresa. 1.979 empregos diretos no encerramento do exercício de 2023. As concessões estão localizadas em 9 estados brasileiros: **Alagoas, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo**, fazendo com que a Conasa esteja presente nas 5 regiões do Brasil.



Framework de Financiamento Sustentável e Azul

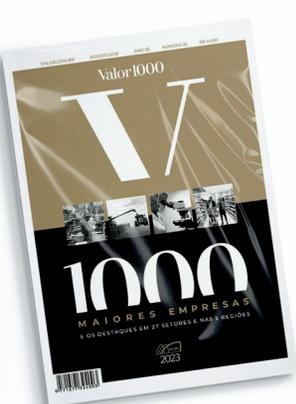
A Conasa Infraestrutura lançou seu Framework de Financiamento Sustentável e Azul, visando alinhar seus investimentos com metas ambientais e sociais para promover benefícios duradouros ao planeta e às comunidades locais. Este framework reforça o compromisso da Conasa com um conjunto de princípios, diretrizes e critérios estabelecidos para orientar investimentos e financiamentos em projetos voltados para a sustentabilidade e a economia azul. Enquanto a sustentabilidade abrange preocupações ambientais, sociais e de governança, a economia azul se concentra em atividades econômicas sustentáveis relacionadas aos oceanos e recursos marinhos.

O documento, juntamente com o parecer de segunda opinião emitido pela Attest ESG, está disponível através do seguinte link: <https://ri.conasa.com/a-conasa/sustentabilidade/>.

Conasa figura entre as 1.000 maiores empresas do Brasil

A Conasa passou a integrar o ranking das 1.000 maiores empresas do Brasil, divulgado em 2023 pelo jornal Valor Econômico. Ocupamos a 737ª posição, com uma receita bruta que ultrapassou R\$ 1,1 bilhão em 2022.

Essa conquista reflete nosso comprometimento e presença ativa em setores essenciais para o desenvolvimento do país e o bem-estar da população.



Gestão e Investimentos



Saneamento



4 Estados | 1.4 Milhão de habitantes

Mais de 33 milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso à água potável e quase 100 milhões sofrem com a ausência de coleta e tratamento de esgoto. Estamos presentes no esforço de ampliação do acesso ao saneamento básico no Brasil, investindo com responsabilidade e contribuindo para alcançar a meta nacional de universalização do Sistema de Água e Esgoto.

Tratamento e distribuição de água | Coleta e tratamento de esgoto Saneamento industrial

- **Água:** 272.040 economias | **Esgoto:** 121.332 economias
- **Mercado Brasileiro:** Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina
- **Principais empresas:** Águas do Sertão | Águas de Itapema | Sanesalto | Sanema | Sanetrat | Consórcio FEC

ÁGUAS DO SERTÃO

34 Municípios	Interior de Alagoas
Concessão plena (água e esgoto)	2022 - 2057
Investimento total	R\$ 1.2 bilhão
Economias (água)	156.421
Economias (esgoto)	22.179
População beneficiada	582 mil

Águas do Sertão completa 1 ano de operação em 34 cidades de Alagoas. Com aproximadamente 43 milhões já investidos, a Águas do Sertão registrou mais de 180 mil atendimentos nos primeiros 12 meses de operação, gerando cerca de 450 empregos diretos e 200 indiretos. O projeto #VamosJuntos, criado para mapear o consumo e reduzir perdas de água, resultou na substituição de 73 mil hidrômetros e no recadastramento de 100 mil clientes. Além disso, mais de 4.500 famílias foram incluídas na Tarifa Social, com desconto de 50% nas contas de água e esgoto.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Município	Itapema - SC
Concessão plena (água e esgoto)	2004 - 2044
Investimento total	R\$ 523 milhões
Economias (água)	58.362
Economias (esgoto)	45.433
Acesso à rede coletora de esgoto	78%
Acesso à rede água tratada	100%
População beneficiada	75.940 (Base IBGE 2022)

Qualidade dos serviços tem forte impacto na qualidade de vida da população em Itapema. A qualidade dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto contribuiu para a forte valorização imobiliária na cidade em 2023. Itapema registrou nesse período um impressionante crescimento de 19,58% do índice de valorização imobiliária; um número significativamente superior à média nacional, que foi de 5,14%, conforme reportado pelo índice FIPE Zap. Outras informações relevantes: a Companhia discute com Poder Concedente a recomposição da tarifa sazonal, prevista no 2º termo aditivo do Contrato de Concessão. Entre 2016 e 2022, o desequilíbrio causado pela ausência da tarifa sazonal foi de cerca de R\$ 61 milhões.

SANESALTO

Município	Salto - SP
Concessão de tratamento de esgoto e distribuição de água (tratada previamente por outra empresa)	2007 - 2032
Investimento total	R\$ 74 milhões
Economias (água)	57.257
Economias (esgoto)	53.720
Acesso à rede coletora de esgoto	98%
População beneficiada	134.319 (Base IBGE 2022)

Exemplo de sucesso na ampliação do acesso ao saneamento básico. Salto conta com os investimentos privados da Conasa desde 2007 e tem hoje 98% do esgoto coletado e tratado. O indicador posiciona o município acima da média das 20 cidades mais populosas do país melhor posicionadas no ranking, que é de em 80,6%, segundo a 15ª edição do Ranking do Saneamento, publicado pelo Instituto Trata Brasil. Outras informações relevantes: a Companhia ingressou com pleito de reequilíbrio [processos n. 1000410-49.2022.8.26.0526 e n. 2164122-30.2022.8.26.0000] relativo a reajustes monetários atrasados, em especial o congelamento tarifário durante o período de pandemia.

SANEMA

Município	Maceió - AL (8 bairros da parte alta)
Contrato de Locação de ativos tratamento de esgoto	2021 - 2051
Investimento total	R\$ 152,3 milhões
*VML parcial	99,88%
Acesso à rede coletora de esgoto	100% dos 8 bairros
População beneficiada	+ 73 mil (Base IBGE 2022)

* Valor Mensal de Locação

ETE Caçadores dobra a cobertura de coleta de esgoto em Maceió. Com a entrada em funcionamento da nova Estação de Tratamento de Esgoto, Maceió vai atingir a marca de 70% da população com acesso a coleta e tratamento de esgoto, beneficiando 120 mil pessoas na capital. Construída por meio de um Contrato de Locação de Ativos entre a Sanema e a Casal, a unidade conta com mais de 80 quilômetros de redes coletoras e 19 estações elevatórias e tem capacidade para tratar 238 litros de efluentes por segundo.

CONSÓRCIO FEC

Município	São Paulo - SP
Contrato de tratamento de efluentes	2020 - 2030
Investimento total	R\$ 73 milhões

Governo de São Paulo inaugura a Unidade de Recuperação da Qualidade da Água. Jaguaré Construída pelo Consórcio FEC (Conasa Infraestrutura, Etesco e Fast), que será também responsável pela operação e manutenção durante 10 anos, a unidade integra o Programa Novo Rio Pinheiros, da SABESP, para recuperação do rio, afluente do Tietê.

SANETRAT

Localizada no distrito industrial de Salto/SP, a Sanetrat Saneamento S.A. atua no tratamento de efluentes industriais e residenciais desde 2008, atendendo no estado de São Paulo, e em todo o Brasil para clientes on-site. Em 2023, a Sanetrat alcançou um marco, tratando um volume recorde de 385.659,81 m³ de efluentes e obtendo uma redução significativa de 18,2% no consumo de energia em comparação ao ano anterior. A Sanetrat atende, atualmente, cerca de 300 clientes.

Rodovias



2 Estados | 1.542 Km de rodovias

O futuro do país transita pelas nossas rodovias. A manutenção e expansão de uma rede rodoviária eficiente são essenciais para impulsionar a produtividade no campo e fortalecer a economia do país como um todo. Com a Conasa Rodovias, estamos cada vez mais presentes e atuantes nas rotas do agronegócio nacional e na modernização da quarta maior malha rodoviária do mundo.

Administração de Rodovias

- **Volume médio de veículos equivalentes:** 904.438
- **Mercado Brasileiro:** Mato Grosso, Pará
- **Empresas:** Via Brasil BR-163 | Via Brasil MT-246 | Via Brasil MT-320 | Via Brasil MT-100

VIA BRASIL BR-163

Estados	Mato Grosso e Pará
Concessão de rodovia federal	2022 - 2032
Rodovias	BR-163/MT, BR-163/PA, BR-230/PA
Trecho	Sinop (MT) - Miritituba (PA)
Investimento total	R\$ 1.87 bilhão
Extensão	1.009,5 km
Veículo de tráfego em 2023 (x 1.000)	3.594,6 veículos

Início da operação comercial em 2023. A Via Brasil BR-163 encerrou o ano de 2023 com todas as suas três praças de pedágio em pleno funcionamento. A concessionária conta com quatro bases de atendimento em pontos estratégicos ao longo da rodovia, garantindo serviços de assistência que englobam atendimento médico de emergência, socorro mecânico, e outros serviços ao usuário.

VIA BRASIL MT-246

Estados	Mato Grosso
Concessão de rodovia federal	2021 - 2056
Rodovias	MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480
Trecho	Jangada - Itanorte
Investimento total	R\$ 850 milhões
Extensão	233,2 km
Veículo de tráfego em 2023 (x 1.000)	4.778 veículos

Início da operação comercial em agosto de 2022 registrou aumento no tráfego da rodovia. Com quatro praças de pedágio distribuídas ao longo dos mais de 200 km do trecho sob sua administração, a Via Brasil MT-246 alimenta rotas de escoamento da produção agrícola essenciais para o desenvolvimento da região, grande produtora de grãos no estado.

VIA BRASIL MT-100

Estados	Mato Grosso
Concessão de rodovia estadual	2018 - 2048
Rodovias	MT-100
Trecho	Divisa MT/MS - Alto Taquari - Acesso BR-364 (Perímetro urbano de Alto Araguaia, Divisa MT/GO)
Investimento total	R\$ 360 milhões
Extensão	111,9 km
Veículo de tráfego em 2023 (x 1.000)	1.639 veículos

100% do pavimento recuperado no trecho da MT-100. Recuperado e funcional, o trecho de rodovia administrado pela Via Brasil MT-100 encurta a rota entre Mato Grosso e o Porto de Santos em até 120 km e estimula o crescimento da região. Realizada 10km de terceiras baixas em pontos principais da rodovia, garantindo maior segurança. A empresa opera duas praças de pedágio na rodovia, assegurando um novo eixo de transporte que reduziu em até 120 km a rota entre Mato Grosso e o Porto de Santos, contribuindo para estimular o crescimento econômico na região.

VIA BRASIL MT-320

Estados	Mato Grosso
Concessão de rodovia estadual	2018 - 2048
Rodovias	MT-320 e MT-208
Trechos	<ul style="list-style-type: none"> • MT-320: BR-163 (Nova Santa Helena) - Colíder - Acesso MT-208 (Carlinda) • MT-208: MT-320 - MT-325 B (perímetro urbano de Alta Floresta)
Investimento total	R\$ 370 milhões
Extensão	188,2 km
Veículo de tráfego em 2023 (x 1.000)	2.685 veículos

Interliga as cidades de Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda e Alta Floresta. Operacional desde 2020, é a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste de Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do estado.

Outras informações relevantes: a Companhia ingressou com pleito de reequilíbrio para recomposição dos efeitos da Lei 13.711/18, que isentou cobrança de eixos suspensos para veículos de carga, bem como isenções adicionais às previstas no Contrato de Concessão. A Companhia também está analisando os impactos causados pela COVID-19 e pela Guerra Rússia - Ucrânia sobre os custos, em especial os atrelados à cadeia de petróleo, para eventualmente ingressar com pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

Energia



5 Estados | 3.7 milhões de habitantes

A iluminação pública enfrenta desafios cruciais de eficiência energética e sustentabilidade que exigem soluções inovadoras. A modernização dos sistemas, o uso de fontes de energia renovável e a adoção de tecnologias eficientes, incluindo iluminação LED, são mecanismos que adotamos em nossas unidades operacionais para promover cidades mais sustentáveis, proporcionando redução efetiva de gastos para a sociedade e mitigando o impacto ambiental.

- **Parque total:** 358 mil pontos de iluminação pública
- **Mercado Brasileiro:** São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Piauí e Roraima
- **Principais Empresas:** Urbeluz | Caraguá Luz | Mauá Luz | Teresina Luz Luz de Belém | Alegrete

LUZ DE BELÉM

Município	Belém - PA
Concessão de iluminação pública	2022 - 2035
Investimento total	R\$ 80 milhões
Pontos de iluminação	90 mil
Percentual do parque substituído por LED	52%
Percentual de redução de energia	63%

Iluminação pública de Belém alcança 63,06% de eficiência energética. Em 2023, o Consórcio Luz de Belém modernizou 46.621 pontos de iluminação pública com a substituição de luminárias HID (alta intensidade de descarga) por lâmpadas LED, resultando em uma economia de energia de 63,06%. Todas as lâmpadas foram retiradas, descartadas e descartadas adequadamente, além de contribuir para a melhoria na qualidade da iluminação, a introdução da nova tecnologia favorece a segurança pública.

TERESINA LUZ

Município	Teresina - PI
Concessão de iluminação pública 2022 - 2035	2020 - 2040
Investimento total R\$ 80 milhões	R\$ 104 milhões
Pontos de iluminação	117,4 mil
Percentual do parque substituído por LED	100%
Percentual de redução de energia	68%

Ampliação e modernização da iluminação pública em Teresina. Iniciado em abril de 2022, o programa "Teresina + Iluminada" tem promovido melhorias na qualidade da iluminação pública, ampliando e modernizando o serviço por meio da implementação de lâmpadas de LED. Essa tecnologia mais eficiente contribuiu significativamente para a economia no consumo de energia.

CARAGUÁ LUZ

Município	Caraguatatuba - SP
Concessão de iluminação pública 2022 - 2035	2015 - 2041
Investimento total R\$ 80 milhões	R\$ 89,3 milhões
Pontos de iluminação	26,3 mil
Percentual do parque substituído por LED	99,8%
Percentual de redução de energia	659,4%

Novos Anos de Iluminação Urbana. Ao completar nove anos de operação a Caraguá Luz já instalou 5.977 novos pontos de luz, atingindo um total de 26.276, sendo 99,8% com tecnologia LED. Em 2023, foram adicionados 812 pontos, abrangendo áreas como praças, quadras de esporte e acessos a pontos turísticos. Essas iniciativas impactam positivamente a qualidade de vida dos moradores, promovendo a circulação noturna, reforçando a sensação de segurança e contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura urbana qualificada.

MAUÁ LUZ

Município	Mauá - SP
Concessão de iluminação pública 2022 - 2035	2016 - 2051
Investimento total R\$ 80 milhões	R\$ 88 milhões
Pontos de iluminação	27,9 mil
Percentual do parque substituído por LED	99%
Percentual de redução de energia	71%

A criação da Mauá Luz reuniu a Conasa às empresas Brasiluz e FM Rodrigues. Fundada em 2016, a empresa foi criada com o propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública. Em pouco mais de três anos de contrato, 28.000 pontos de iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, foram substituídos pela tecnologia LED.

ALEGRETE PARTICIPAÇÕES

Município	São João de Meriti - RJ
Concessão de iluminação pública	2014 - 2039
Investimento total R\$ 80 milhões	R\$ 119 milhões
Pontos de iluminação	24,2 mil
Percentual do parque substituído por LED	91,8%
Percentual de redução de energia	64%

Primeiro município brasileiro a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública. Em 2023, a Alegrete concluiu a modernização de todos os pontos de iluminação inicialmente contratados, visando alcançar a totalidade da cidade com tecnologia LED. Os investimentos realizados resultaram em uma significativa redução da carga elétrica instalada, passando de 4.628,11 kW para 1.638,91 kW, representando uma queda de 64% no consumo de energia. Outras informações relevantes: a Companhia ingressou com pleito de reequilíbrio [Processo n. 13565/2022] especialmente para recomposição do equilíbrio contratual fruto dos atrasos de reajustes não pagos pelo Poder Concedente.

URBELUZ

Inovação em iluminação pública. A Urbeluz Energética S.A. se destaca no mercado de eficiência energética, especialmente em parques de iluminação pública e prédios públicos. Foi a primeira empresa no Brasil a estabelecer contratos de Parceria Público Privada (PPP) para iluminação pública. Sua atuação abrange a operação, ampliação, modernização e gestão de iluminação pública por meio de PPPs em Caraguatatuba (SP) e São João de Meriti (RJ). Além disso, a Urbeluz tem contratos de locação de ativos do parque de iluminação em Armação dos Búzios (RJ) e Arrial do Cabo (RJ), contrato de obras em Rio das Ostras (RJ) e obras/gestão em Boa Vista (RR).

Governança

Corporativa

Pautamos nossa gestão pelas diretrizes do IBGC, aderindo a seus quatro princípios: **transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.** Ao adotar os elevados padrões de governança recomendados pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), a Conasa Infraestrutura compromete-se com as melhores práticas do mercado. Sociedade anônima de capital fechado, ainda assim adere às diretrizes da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para empresas listadas, buscando adequar-se aos padrões do segmento Novo Mercado e do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Trimestralmente, os balanços da companhia são auditados pela Pricewaterhouse Coopers - PwC Brasil e divulgados aos investidores no site de RI: <http://www.conasa.com/ri>.

Estrutura de governança

Em 2023, iniciamos um plano de reestruturação da governança, com a colaboração da Consultoria Bain. O projeto, que definiu um novo modelo operacional a partir do crescimento da empresa, foi estruturado em duas fases:

1. Modelo operacional e redesenho da macroestrutura (2023).
 2. Expansão para todos os níveis da empresa (2024).
- Cinco princípios orientaram o desenvolvimento do novo modelo:**
- Proximidade da liderança com as unidades de negócio.
 - Reforço da cultura Conasa em todas as áreas e unidades de negócio.
 - Estrutura adequada para o momento de vida da Conasa.
 - Foco no acompanhamento do desempenho (sobretudo CapEx)
 - Papéis e responsabilidades claros e processos padronizados.

Conselho de Administração

Os conselheiros são nomeados para um mandato de 2 anos, segundo critérios de disponibilidade de tempo para o exercício de suas funções, a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Conforme previsto em seu regimento, o Conselho de Administração monitora mensalmente os impactos decorrentes das atividades da empresa e participa ativamente da definição de políticas e da criação dos comitês, cuja composição deve incluir a participação de pelo menos um conselheiro. Em reuniões bimestrais são avaliados os processos relativos a compliance, EHS (saúde, segurança e bem-estar no trabalho), meio ambiente e impacto social, bem como os riscos inerentes a tais questões.

A Conasa Infraestrutura acompanha os resultados das unidades operacionais por meio de seus representantes nos conselhos de administração e diretorias destas. As decisões relativas aos tópicos econômicos, ambientais e sociais são tomadas no âmbito da Diretoria, que acompanha os principais indicadores de desempenho econômico e operacional, bem como os indicadores socioambientais, com suporte dos comitês. O Conselho de Administração estabelece metas de desempenho do Diretor Presidente e dos demais Diretores Executivos no início do exercício e realiza periodicamente a avaliação formal destes profissionais.

Comitês: Responsabilidades

- Auxíliam o desdobramento e o monitoramento das metas de acordo com a estratégia definida pelo Conselho.
- Asseguram os reportes para o Conselho e apresentam recomendações.
- Estabelecem uma agenda de discussões de acordo com agenda do Conselho e com o escopo específico definido no regimento.





Composição do Conselho de Administração

David Bunce | Presidente do Conselho e Conselheiro independente
Formado em História pela University of Leicester e Contador pela ICAEW (England), possui mais de 20 anos de experiência em estratégia corporativa, melhoria operacional e finanças corporativas, incluindo como membro dos Conselhos de Administração da KPMG Internacional e da KPMG Américas.

Mario Vieira Marcondes Neto | Conselheiro
CEO da Conasa e conselheiro em outras empresas do grupo. Advogado, fundador da Aguas de Itapema e da Conasa, com experiência jurídica na área de concessões.

Jack Stark | Conselheiro
Vice-Presidente Executivo da Generate Capital. Já desempenhou funções de gerente sênior em finanças, operações de energia e serviços financeiros. Foi CFO da Imery Energy Systems, Bright Source Energy e do Silicon Valley Bank. Concluiu MBA pela UC Berkeley e Mestrado (MA) e Bacharelado (BA) em Economia pela UC Santa Bárbara.

Ricardo Kassardjian | Conselheiro
Administrador do Fundo Patrimonial (acionistas Conasa). Administrador pela FGV-SP, especializado em Finanças e Marketing. Foi diretor de empresas de agroindústria, construção civil e comércio varejista e possui larga experiência nas atividades de estruturação de consórcios de projetos de infraestrutura, estruturação de garantias e "Project finance non-recourse", notadamente nos setores de energia, concessões rodoviárias e saneamento.

Nam Tran Nguyen | Conselheiro
COO da Generate Capital e membro do Conselho de Administração da Generac, empresa de capital aberto e fornecedora global de soluções de tecnologia em serviços de energia e redes elétricas. Bacharel em Economia pela Columbia University com MBA pela Harvard University, tem mais de 15 anos de experiência no setor de energia e renováveis tendo atuado em empresas como SunPower e First Solar.

Francisco Carlos Coutinho Pitella | Conselheiro independente
Conselheiro independente de administração da GTD Participações S.A., empresa com investimentos da EDP - Energias do Brasil S.A., onde é membro independente do conselho de administração, presidente do comitê de auditoria e membro do Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas.

David Perl | Conselheiro
Managing Director da Generate Capital. Bacharel em Biologia pela Universidade de Toronto e mestre em Finanças e Contabilidade pela London School of Economics, com mais de 17 anos de experiência em investimentos de fundos proprietários e bancos de investimento e desenvolvimento de projetos na América do Norte, América Latina e Europa.

Mario Vieira Marcondes Neto | CEO
CEO da Conasa e conselheiro em outras empresas do grupo. Advogado, fundador da Conasa, com experiência jurídica na área de concessões.

Claúdio Ramos | Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores
Engenheiro Mecânico com MBA em Finanças pela New York University, foi diretor e sócio da KPMG.

Ricardo Salles de Oliveira Barra | Diretor de Engenharia e Operações
Engenheiro Civil, MBA em Gestão Empresarial pela FGV, foi diretor na Minas Arena e na Concer.

4.376.020, contra R\$ 2.418.907 em 2022.

A Companhia e suas investidas também tiveram êxito em captar recursos através de emissão de debêntures e financiamentos, para alavancagem dos projetos. As captações da Companhia para concretização dos investimentos elevaram o passivo de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures de R\$ 2.171.039 em 2022 para R\$ 2.961.893 em 2023.

Ainda, para melhorar a estrutura de capital e reduzir a alavancagem de curto prazo, os acionistas realizaram um aumento de capital na Conasa. A Companhia recebeu R\$ 508.000 durante o exercício de 2023. Com esse aporte, o Patrimônio Líquido atribuído aos controladores encerrou 2023 em R\$ 991.095, ante R\$ 701.138 em 2022.

Receitas
A receita líquida encerrou 2023 em R\$ 1.962.428 contra R\$ 1.154.104 em 2022. O aumento de receita é perceptível em todos os segmentos de atuação, com os investimentos realizados. No segmento de saneamento, o crescimento orgânico de Aguas de Itapema e o faturamento no primeiro ano em sua totalidade da investida Aguas do Sertão, são os principais responsáveis pelo aumento de receita no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em rodovias, a investida MT-246 também teve seu faturamento em sua totalidade no primeiro ano de concessão e a investida Via Brasil BR-163 iniciou sua arrecadação em fevereiro de 2023. Estas corresponderam ao crescimento da receita no segmento de rodovias.

Em iluminação pública, a investida Luz de Belém teve seu primeiro ano de faturamento em sua totalidade e é o principal fator de crescimento. As receitas de construção, provenientes dos investimentos em ativos de concessão, em especial no segmento de rodovias foram R\$ 956.414, no segmento de saneamento foram R\$ 65.125 e no segmento de iluminação foram R\$ 14.736 totalizando R\$ 1.036.275 de investimentos realizados durante o exercício de 2023. Tais investimentos provocaram um crescimento significativo de 70% da Receita Líquida da Companhia.

	2023	2022	Var. (%)
Receita Líquida	1.962.428	1.154.104	+ 70%
Saneamento	367.629	160.497	
(-) Amortização Saneamento	(37.236)	(30.821)	
Rodovias	557.565	135.184	
Iluminação pública	153.655	153.777	
(-) Amortização Iluminação	(23.635)	(24.887)	
Serviços	3.652	10.269	
Construção	1.036.275	790.133	
Cancelamentos	(4.369)	(5.700)	
Impostos sobre vendas	(81.108)	(34.348)	

Custos e Despesas
Os custos e despesas apresentaram um aumento condizente com o aumento de ativos geridos pela Companhia, e refletidos também no aumento de receita, com a consolidação de resultados das investidas Aguas do Sertão e da Via Brasil BR-163 que teve início de operação em fevereiro de 2023.

	2023	2022	Var. (%)
Custos e Despesas (exceto Depreciação e Amortização)	(1.482.304)	(1.034.862)	+ 43%
Mão de Obra na operação	(72.998)	(30.339)	
Materiais	(148.048)	(56.688)	
Serviços	(131.152)	(47.341)	
Custos de Construção	(1.040.100)	(793.775)	
Despesas operacionais	(90.006)	(106.719)	

EBITDA
A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA Consolidado encerrou 2023 em R\$ 492.902 contra R\$ 97.976 em 2022.

	2023	2022	2021
Reconciliação do EBITDA			
Lucro Líquido	(202.531)	(92.915)	193.481
Imposto de Renda e Contribuição Social	31.664	31.782	45.694
Depreciação e Amortização	250.539	75.447	20.893
Resultado Financeiro	413.230	83.662	(-4.373)
EBITDA	492.902	97.976	255.695

O resultado de 2023 demonstra a evolução do EBITDA da Companhia com a entrada em operação dos principais projetos. 2022 havia sido impactado pela operação de tais projetos (Via Brasil BR-163, Aguas do Sertão e Via Brasil MT-246) sem receitas ou com receitas parciais. O exercício de 2023 demonstra, mesmo com receitas parciais na Via Brasil BR-163, resultado sólido que tende a se consolidar no exercício de 2024, com a totalidade dos projetos em operação comercial.

Lucro Líquido do Exercício
O lucro líquido encerrou o exercício com prejuízo de (R\$ 202.531) no ano de 2023, ante a (R\$ 92.915) em 2022. Além das variações de EBITDA, o aumento dos passivos para investimentos elevou as despesas financeiras, trazendo o resultado financeiro de -R\$ 83.662 para -R\$ 413.230.

Passivos
Os passivos consolidados de curto prazo da Companhia se concentram na Controladora, com recursos captados para investimentos nas novas concessões e aquisições. Os financiamentos de longo prazo foram estruturados nas empresas operacionais para realização de investimentos em obras das concessionárias. Via Brasil BR-163, MT-100, MT-320 e MT-246, Aguas do Sertão, Aguas de Itapema, Sanesalto e Sanema concentram a maior parte da dívida consolidada, principalmente em decorrência das emissões relevantes via debêntures ocorridas entre 2019 e 2023.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Balço patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		67.370	421.150	416.971	976.117
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.157	166.161	165.655	598.560
Contas a receber de clientes	5	3.600	2.233	87.345	51.063
Títulos e valores mobiliários	10	-	225.366	-	218.765
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	73.649	63.150
Impostos a recuperar	6	2.225	1.686	17.604	14.082
Ativos destinados à aplicação nas concessões	7	-	-	10.555	5.558
Adiantamentos	8	2.111	230	20.053	10.108
Partes relacionadas	9	1.186	1.036	1.204	1.058
Outros créditos	11	37.378	10.424	40.906	12.652
Dividendos a receber	26	12.713	14.014	-	1.121
Não circulante		1.374.059	1.028.567	4.385.918	2.492.138
Ativo de contrato de concessão	15	-	-	573.172	555.432
Partes relacionadas	9	11.247	17.263	19.830	23.303
Dividendos a receber	26	8.336	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	10	7.986	612	55.622	105.528
Impostos a recuperar	6	-	-	3.789	1.864
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	22	-	-	1.895	469
Outros ativos não circulantes	11	2.000	1.818	2.411	5.217
Investimentos	12	1.342.696	1.006.998	62.954	296.368
Imobilizado	13	1.399	1.523	68.896	61.446
Intangível	14	395	353	3.477.775	1.323.399
Direito de uso	16	-	-	119.574	119.112
Total do ativo		1.441.429	1.449.717	4.802.889	3.468.255
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	235.388	360.148	2.215.438	510.222
Fornecedores	17	2.495	1.159	215.938	91.816
Passivo de arrendamentos	16	-	-	37.755	34.987
Salários e encargos sociais a pagar	19	1.834	571	32.664	12.894
Encargos tributários a pagar	20	358	114	46.663	14.637
Impostos e contribuições parcelados	21	131	414	18.023	15.626
Partes relacionadas	9	7.952	53.965	2.527	22.801
Dividendos propostos	25.7	1.181	3.750	4.192	5.994
Outros passivos circulantes	23	12.381	-	15.403	1.456
Não circulante		188.614	328.458	1.017.867	1.884.054
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	174.168	325.169	746.455	1.660.817
Passivo de arrendamentos	16	-	-	79.430	89.282
Impostos e contribuições parcelados	21	351	440	24.865	31.978
Pis e Cofins diferidos	22	-	-	24.580	23.546
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	22	-	-	117.143	69.236
Partes relacionadas	9	232	299	-	72
Perda com investimentos	12	923	230	63	63
Provisão para contingências	24	4.415	2.320	16.376	9.060
Outros passivos não circulantes	23	8.525	-	8.955	-
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		991.095	701.138	991.095	701.138
Capital social	25.1	867.186	368.575	867.186	368.575
Gastos na emissão de ações	25.1	(12.480)	(11.944)	(12.480)	(11.944)
Ajuste de avaliação patrimonial	25.2	48.457	48.457	48.457	48.457
Ágio na emissão de ações	25.3	16.914	16.914	16.914	16.914
Reserva de capital	25.4	264.373	264.373	264.373	264.373
Reservas legal	25.5	-	8.561	-	8.561
Reservas de retenção de lucros	25.6	-	6.202	-	6.202
Prejuízos acumulados	25.6	(193.355)	-	(193.355)	-
Participações de não controladores	25.8	-	-	205.324	172.630
Total do patrimônio líquido		991.095	701.138	1.196.419	873.768
Total do passivo e patrimônio líquido		1.441.429	1.449.717	4.802.889	3.468.255

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



A Companhia mantém no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 1.267.796 que representava 43% de sua dívida no curto prazo. Alinhado com o planejamento de longo prazo, para quitação do empréstimo-ponte que venceria em agosto de 2024, a investida Aguas do Sertão emitiu R\$ 1.100.000 em debentures em 15 de fevereiro de 2024, alongando o perfil do passivo após o encerramento do exercício. Desta forma, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

Dívida Líquida/EBITDA
O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

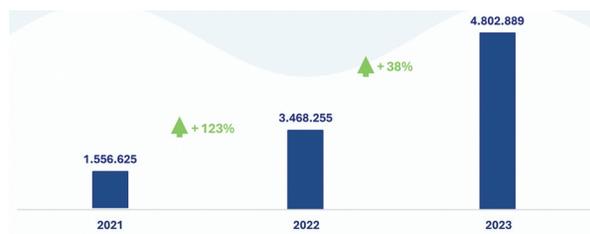
	2023	2022	2021
Reconciliação do EBITDA			
Lucro Líquido	(202.531)	(92.915)	193.481
Imposto de Renda e Contribuição Social	31.664	31.782	45.694
Depreciação e Amortização	250.539	75.447	20.893
Resultado Financeiro	413.230	83.662	(-4.373)
EBITDA	492.902	97.976	255.695
Dívida Bruta ¹	3.079.078	2.295.908	652.707
Disponibilidades	165.655	598.560	242.692
Conta Reserva	55.622	105.528	54.459
Dívida Líquida	2.857.801	1.591.220	355.556
Dívida Líquida EBITDA Ajustado	5.890 x	18.24 x	1.39 x

¹Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Passivos de arrendamento

A evolução do indicador consolidado acima evidencia a captação de recursos para investimento em ativos que passarão a gerar EBITDA principalmente em 2024. O indicador poderá ser acompanhado trimestralmente demonstrando tal evolução.

Ativos
Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e ativos de contratos vinculados às PPPs. Os ativos intangíveis e de contratos concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão. Os ativos totais da Companhia em 2023 somaram R\$ 4.802.889 ante a R\$ 3.468.255 em 2022.

O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.
Ativos IFRS (R\$ milhares)



Considerações Adicionais

Audidores Independentes
Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

A remuneração dos auditores no exercício de 2023 foi de R\$ 357 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R\$ 823 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

Relações com Investidores



Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)					
Receita operacional líquida	27	3.364	9.302	1.962.428	1.154.104
Custos dos serviços prestados	28	(3.623)	(11.552)	(1.637.114)	(991.316)
Lucro (prejuízo) bruto		(259)	(2.250)	325.314	162.788
Receitas (despesas) operacionais		(120.736)	(33.600)	(82.951)	(140.260)
Despesas gerais e administrativas	29	(36.101)	(18.988)	(116.032)	(78.509)
Despesas comerciais	29	(318)	(554)	(49.508)	(11.680)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	103.789	24.791	64.183	(24.732)
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	(188.106)	(38.849)	18.406	(25.339)
Resultado operacional antes dos resultados financeiros		(120.995)	(35.850)	242.363	22.528
Resultado financeiro	31	(87.123)	(67.645)	(413.230)	(83.661)
Despesas financeiras		(91.813)	(76.603)	(511.517)	(209.795)
Receitas financeiras		4.690	8.958	98.287	126.134
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(208.118)	(103.495)	(170.867)	(61.133)
Imposto de renda e contribuição social	32	-	-	(31.664)	(31.782)
Corrente		-	-	(33.499)	(23.017)
Diferido		-	-	1.835	(8.765)
Prejuízo do exercício		(208.118)	(103.495)	(202.531)	(92.915)
Atribuível aos controladores	26.1			(208.118)	(103.495)
Atribuível aos não controladores	26.1			5.587	10.580
Resultado por ação, básico e diluído - Em Reais	26.1			(0,6198)	(0,3787)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro (valores expressos em Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de prestação de serviços e outros	3.806	10.610	989.718	368.611
Remuneração do ativo financeiro	-	-	24.920	26.041
Receitas referentes à construção de ativos próprios	-	-	1.036.275	790.132
Outros resultados	34.576	26.867	31.067	23.973
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(37.746)	(7.860)
Valor adicionado bruto	6.523	9.876	618.481	133.109
Depreciações e amortizações	(4.145)	(159)	(250.539)	(75.923)
Valor adicionado líquido	2.378	9.717	367.942	57.186
Resultado da equivalência patrimonial	(188.106)	(38.849)	(38.849)	(29.410)
Ganho de remensuração valor justo da participação anteriormente detida em investida	63.003	-	63.003	-
Ganho na alienação de participação societária da investida Teresina Luz	9.530	-	9.530	-
Receitas financeiras	4.690	8.958	98.287	126.134
Valor adicionado total a distribuir	(108.505)	(20.174)	499.913	153.910
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	7.514	5.278	80.363	37.130
Remuneração Direta	5.910	4.301	59.528	27.396
Benefícios	1.301	711	15.852	7.498
FGTS	303	266	4.983	2.236
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	2.523	9.548	131.923	24.954
Federais	2.347	9.165	96.314	12.945
Estaduais	18	19	562	517
Municipais	158	364	35.047	11.492
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	902	842	8.230	2.757
Juros e variações monetárias	88.674	67.653	481.928	181.984
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício não distribuído	(208.118)	(103.495)	(202.531)	(92.915)
Total	(108.505)	(20.174)	499.913	153.910

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(208.118)	(103.495)	(202.531)	(92.915)
Total do resultado abrangente do exercício	(208.118)	(103.495)	(202.531)	(92.915)
Atribuível aos controladores			(208.118)	(103.495)
Atribuível aos não controladores			5.587	10.580

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(208.118)	(103.495)	(202.531)	(92.915)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização do intangível (vide notas 13.2, 14.b)	296	159	219.652	55.272
Amortização do direito de uso (vide nota 16.1.1)	-	-	30.887	20.651
Baixa do ativo imobilizado, intangível e ativo de contrato (vide notas 13.2, 14.b e 15.1)	-	-	(3.288)	-
Reversão/provisão para contingências (vide nota 24.b)	2.095	2.321	10.138	7.621
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	88.471	57.338	444.064	153.987
Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	12.992	11.574
Juros apropriados sobre parcelamentos (vide nota 31)	65	116	4.236	5.158
Outras receitas financeiras	-	(4.542)	-	-
Amortização do custo de captação (vide nota 18.3)	1.562	2.713	13.512	11.240
Remensuração do ativo de contrato (vide nota 15.1)	-	-	(78.362)	(81.686)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.835)	8.765
Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	33.499	23.017
PIS e COFINS diferidos	-	-	1.034	3.398
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários (vide nota 10.2)	(1.914)	(1.388)	(7.967)	(735)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 5.1)	-	-	37.746	7.860
Provisão para perdas	-	-	7.316	7.621
Ganho de capital na alienação das ações da investida Teresina Luz (vide nota 30.d)	(9.530)	-	(9.530)	-
Ganho na remensuração da participação societária ao valor justo (vide nota 30.c)	(63.003)	-	(63.003)	-
Resultado de equivalência patrimonial (vide nota 12.b)	188.106	38.849	(18.406)	25.339
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(1.366)	(561)	(61.607)	(35.546)
Demais contas a receber e adiantamentos	310	14.920	(7.053)	6.686
Créditos tributários	(538)	855	(5.755)	(10.371)
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	(4.997)	(842)
Ativo de contrato	-	-	21.636	(9.301)
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	1.336	(1.265)	123.055	9.184
Encargos tributários a Pagar	245	(465)	36.148	(3.430)
Salários e encargos sociais a pagar	1.263	2	17.821	8.843
Impostos e contribuições parcelados	(437)	(854)	(8.953)	(4.900)
Acordos comerciais	-	(500)	-	(177)
Demais contas a pagar	(37.120)	13.084	5.096	5.104
Dividendos a pagar	(2.570)	-	5.577	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(115.968)	(24.652)	224.535	29.810
Saldo inicial de caixa incorporado em 1º de janeiro de 2023 - Aguas do Sertão	-	-	67.766	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(115.968)	(24.652)	292.301	29.810
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (vide notas 13.2 e 14.b)	(110)	(211)	(976.079)	(890.561)
Recebimento de títulos e valores mobiliários (vide nota 10.2)	-	6.559	-	616
Aquisição de títulos de valores mobiliários (vide nota 10.2)	(10.184)	(219.364)	(19.226)	(270.092)
Recebimento de ativo de contrato de concessão (nota 15.1)	-	-	60.871	52.086
Ativo de contrato (receita de construção) (nota 15.1)	-	-	(14.255)	(33.966)
Empréstimos entre partes relacionadas	(545)	25.402	(545)	15.529
Dividendos recebidos (vide nota 12.b)	16.267	1.540	4.060	2.050
Aumento de capital nas investidas (vide nota 12.b)	(207.794)	(534.362)	(16.360)	(275.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(202.366)	(720.436)	(961.534)	(1.399.338)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Terceiros:				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	-	586.215	225.033	1.750.390
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(4.624)	(2.498)	(5.676)	(64.442)
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 18.3)	(286.049)	(43.946)	(418.844)	(150.801)
Amortização do passivo de arrendamentos (vide nota 16.2.1)	-	-	(38.860)	(32.224)
Custo de transação na emissão de ações (vide nota 25.1)	536	(11.944)	536	(11.944)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	(45.575)	11.711	(18.895)	(29.956)
Dividendos distribuídos (vide nota 25.7)	(2.569)	-	(5.577)	-
Integralização de capital e reserva de capital dos acionistas (vide nota 25.1)	498.611	264.373	498.611	264.373
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	160.330	803.911	236.328	1.725.396
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(158.004)	58.823	(432.905)	355.868
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	166.161	107.338	598.560	242.692
Final do exercício	8.157	166.161	165.655	598.560
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(158.004)	58.823	(432.905)	355.868

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de Reais)**

	Consolidado												
	Nota	Controladora									Participação de não controladores		
		Capital social	Gastos de transação na emissão de ações	Reserva de Capital	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados		Total	Total		
			Transação de capital	Reserva de capital	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros					
Saldos em 1º de janeiro de 2022		368.565	(8.075)	6.625	-	16.914	8.561	109.697	-	-	502.287	229.917	732.204
Integralização de capital	25.1 e 25.7	10	-	-	264.373	-	-	-	-	-	264.383	-	264.383
(-) Gastos de transação na emissão de ações	25.1	-	(3.869)	-	-	-	-	-	-	-	(3.869)	-	(3.869)
Amortização da mais valia dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.480)	(2.480)
Aquisição de ações de não controladores (BR-163)	-	-	-	(1.340)	-	-	-	-	-	-	(1.340)	-	(1.340)
Ajuste de avaliação Patrimonial da Sanema junto Elo Participações	25.2 (d)	-	-	43.172	-	-	-	-	-	-	43.172	(65.387)	(22.215)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(103.495)	-	-	(103.495)	10.580	(92.915)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		368.575	(11.944)	48.457	264.373	16.914	8.561	6.202	-	-	701.138	172.630	873.768
Saldos em 1º de janeiro de 2023		368.575	(11.944)	48.457	264.373	16.914	8.561	6.202	-	-	701.138	172.768	873.906
Integralização de capital	25.1 e 25.7	498.611	-	-	-	-	-	-	-	-	498.611	-	498.611
(-) Gastos de transação na emissão de ações	25.1	-	(536)	-	-	-	-	-	-	-	(536)	-	(536)
Integralização de capital (monitórias MT-100)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	832	832
Integralização de capital (monitórias MT-246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.800	28.800
Compensação da reserva legal e de retenção de lucros com prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	(8.561)	(6.202)	14.763	-	-	-	-
Reversão de dividendos mínimos (minoritários Urbeluz)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.342	1.342
Amortização da mais valia dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.005)	(4.005)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.118)	(208.118)	5.587	(202.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		867.186	(12.480)	48.457	264.373	16.914	-	-	-	(193.355)	991.095	205.324	1.196.419

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

>>>>>>>>>>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (“Companhia” ou “Conasa”) ou, em conjunto com as empresas controladas, (“Grupo”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR.
Atualmente, o Grupo Conasa é responsável pelo atendimento em concessões de água e esgoto de cerca de 1,395 milhões de habitantes em 38 municípios do Brasil, gestão de 1.529 km de rodovias pedagiadas e 368 mil pontos de iluminação pública. Suas operações estão localizadas nas 5 regiões do Brasil, presentes nos estados do Paraná, Mato Grosso, Piauí, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Pará.
A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações.
Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, principalmente durante as fases de investimento, necessidades de capital. A Companhia vem estruturando financiamentos para os investimentos das investidas e capitalizando-as, conforme necessidade.
A situação econômico-financeira de suas controladas e coligadas é verificada pela Companhia por meio de análises de suas Demonstrações Financeiras e de seus planos de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa.
Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócios de cada concessão que preveem fases de investimentos e retorno financeiro de cada concessão.

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 194.350 na controladora e R\$ 2.171.632 no consolidado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou o exercício com seu capital circulante líquido positivo em R\$ 1.029 na controladora e R\$ 265.684 no consolidado. O aumento do passivo circulante, se deu com duas movimentações relevantes: (i) consolidação da investida Águas do Sertão em 2023, a qual possuía empréstimo-ponte no encerramento do ano de 2023 no valor de R\$ 950.551 (ii) descumprimento de índice financeiro, de dívida líquida pelo EBITDA na data base de 31 de dezembro 2023 pela controlada Via Brasil BR163, (iii) descumprimento de índices financeiros da Conasa Infraestrutura da 1ª emissão de debêntures, na data base de 31 de dezembro de 2023.

Em relação a Águas do Sertão, conforme divulgado em Eventos Subsequentes na nota 33, a investida realizou a captação de R\$ 1.100.000 em debêntures, com objetivo de quitar o empréstimo de curto prazo e ampliar o prazo de amortização compatível com o fluxo de caixa do projeto.

Também, em evento subsequente (Nota 33), a controlada Via Brasil BR-163 obteve, em 28 de março de 2024, a aprovação da concessão de anuência (*waiver*) para que o descumprimento da Relação Dívida Líquida/EBITDA, exclusivamente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não seja considerado um Evento de Inadimplemento.

Entretanto para tal deliberação ao *waiver*, a Controlada e a Conasa assumiram as seguintes obrigações:

- (i) Medição trimestral do índice financeiro durante 2024. A Controlada deverá, durante o exercício de 2024, realizar medições trimestrais a partir de 31 de março de 2024, e atender o índice Relação Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido na Escritura de Emissão).
- (ii) Aporte de Capital na Controlada. A Conasa deverá realizar aporte na Controlada, até 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 92.815.

A administração avaliou as obrigações assumidas e considera que a geração de caixa em função da normalização das cobranças de tarifas na Via Brasil BR 163 será suficiente para cobertura do índice durante o ano de 2024. Além disso, a administração considera que o amadurecimento das operações e a conclusão de transações como a da Terezina Luz mencionada na Nota 1.2.3, eventuais emissões de novas ações dentro do capital social autorizado e a realocação de investimentos em concessões e que estão planejadas para 2024, serão suficientes para a obtenção dos recursos necessários para aumento de capital na controlada Via Brasil BR 163, assumida para obtenção do referido *waiver*.

Em 26 de março de 2024, a Conasa Infraestrutura obteve *waiver* dos seus credores pelo não atendimento, no exercício fiscal com término em 31 de dezembro de 2023, (a) do ICSD igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos); e (b) da relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75.

Os Planos da Administração contemplam o crescimento das operações relevantes no exercício de 2024, como resultado dos contratos de concessão firmados no exercício de 2022. A Via Brasil BR-163 assinou o contrato de concessão em 01 de abril de 2022 e iniciou arrecadação de pedágio em 13 de fevereiro de 2023, nas duas praças localizadas no Mato Grosso e em 10 de maio de 2023, na praça remanescente, localizado no Pará, com tarifa parcial cobrando apenas acima de 4 eixos, e em 1º de novembro passou a cobrança de 100% do valor da tarifa, conforme autorização da ANTT. A Águas do Sertão firmou contrato de concessão em 08 de março de 2022, iniciando as operações comerciais em 01 de setembro de 2022, sendo 2023, portanto, o primeiro ano de operação comercial completo. Os investimentos da Águas do Sertão para elevar a cobertura de água e esgoto devem aumentar as receitas da Companhia. Tais efeitos, em conjunto com o crescimento orgânico das demais concessões e investidas gerarão fluxo de caixa operacional aumentando os resultados da Controladora, assim como no Consolidado.

O crescimento de receitas e resultado operacional aliado a estruturação de financiamentos de longo prazo compatíveis com a geração de caixa dos projetos, em grande parte já presentes ao final de 2023 e descrito nas notas de Eventos Subsequentes, são ações consideradas viáveis para equacionar a situação do capital circulante líquido negativo e manter a continuidade operacional da Companhia.

1.2. Investimentos (Ativos de concessão e outros)

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 24 empresas, sendo 14 concessões ou Parcerias Público Privadas (“PPPs”), além de 4 consórcios e mais 6 empresas de serviços e investimentos, conforme descrito a seguir as Companhias que estão em operação:

1.2.1. Investimentos – Saneamento

Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Em 3 de dezembro de 2015, foi assinado o segundo termo aditivo de contrato de concessão, para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o qual teve um novo cronograma de investimentos incorporados conforme Plano Municipal de Saneamento aprovado e que previu a prorrogação do contrato até 2044, bem como revisão da estrutura tarifária.

Águas do Sertão S.A.

Em 13 de dezembro de 2021, o Consórcio inicialmente formado pela Conasa Infraestrutura e Allonda Ambiental Saneamento venceu o leilão realizado na B3 para a concessão dos serviços de saneamento em 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas (Bloco B), compreendendo mais de 560 mil habitantes. O lance representado pela outorga foi de R\$ 1,215 bilhão para o gerenciamento dos serviços pelos próximos 35 anos.

Além da outorga, a Companhia fará investimentos previstos de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. Para o abastecimento de água estão previstos R\$ 900.000 e compreendem os seguintes sistemas coletivos de Águas do Sertão: a Bacía Leiteira, Caraquejeira, Caçamba e Agreste. Para a coleta e tratamento de esgoto o investimento será de aproximadamente R\$ 1 bilhão. A Companhia assinou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil no valor de R\$ 800.000 para início dos primeiros investimentos na concessão.

O contrato de concessão foi firmado em 08 de março de 2022 e a transferência do sistema e início de operação foi efetivada em 1º de setembro de 2022, após período de transição previsto.

Em 17 de janeiro de 2024, foi assinado o reequilíbrio de contrato de concessão, tendo como principais premissas a inclusão de investimentos avaliados como emergenciais estimados em R\$ 71.000 a fim de garantir o abastecimento de água e coleta de esgoto em áreas de abrangência da CASAL, inicialmente de responsabilidade da SEINFRA – Secretaria de Obras do Estado de Alagoas e da CASAL. Os recursos para execução destes investimentos serão provenientes do FAP (Fundo Alagoano de Parcerias). Em caso de inadimplemento do FAP, a Concessionária conta com garantia de recebimento os valores de aquisição de água devidos à CASAL, conforme previsto em contrato de interdependência

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2022	2057	Concessionária responsável pela gestão de tratamento de água e esgoto de 34 municípios do Agreste e Sertão de Alagoas.	Alagoas

No dia 16 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a acionista Allonda Ambiental Saneamento S.A para aquisição da totalidade das ações, conforme mencionado na nota 12 (a) iii.

Sanesalto Saneamento S.A. (“Sanesalto”)

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2007	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Em janeiro de 2022, o Poder Concedente notificou a Sanesalto para encerramento do prazo do Contrato de Concessão, sob o argumento da validade de Ordem de Serviço emitida em 1996, a qual, em combinação com o prazo contratual de 25 anos, encerraria o referido contrato em dezembro de 2021. Na avaliação da Administração, tal argumento é inepto dados os demais documentos contratuais, principalmente o Termo Aditivo n. 01 de maio de 2000, que alterou o cronograma inicial, a nova ordem de serviço de 2007 e o processo de reequilíbrio econômico-financeiro que, dentre outros fatores, considerou que o término da concessão deveria se dar em 2032 para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, dentro dos parâmetros tarifários definidos pelo Poder Concedente. Todos esses documentos culminam no Relatório da Administração, de autoria do Poder Concedente, de 2011, e no Termo Aditivo n. 10, que estenderam a prestação de serviços contados 25 anos do início de fato, em 2007, encerrando-se, portanto, em 2032.

Contra tal notificação do Poder Concedente, a Sanesalto ingressou com Mandado de Segurança Processo nº 1000410-49.2022.8.26.0526. Após decisão entendendo pela necessidade de produção de provas, o que não seria possível no Mandado de Segurança, a Sanesalto entrou com Ação Declaratória Processo nº 100304333.2022.8.26.0526, requerendo (i) a declaração quanto à legalidade da prorrogação do prazo contratual até agosto de 2032; (ii) o pagamento de indenização à Sanesalto pela suspensão de reajustes tarifários e redução no volume de esgoto tratado, a título de reequilíbrio econômico-financeiro; e, subsidiariamente, caso não fosse reconhecida a prorrogação do prazo contratual até agosto de 2032 (iii) o reconhecimento de que a transferência dos serviços a outro prestador estaria condicionada, em qualquer hipótese, ao pagamento de indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, conforme previsão do §5º do art. 42 da Lei n. 11.445/2007, incluído pela Lei n. 14.026/2020 (Novo Marco do saneamento). Não houve, até o momento, o trânsito em julgado de nenhuma decisão. Desde o envio da notificação de encerramento em janeiro de 2022, a Sanesalto segue operando normalmente.

ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A (“ASB”)

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. Com 97% das cotas.

Em dezembro de 2021, com a incorporação da Zetta, a Conasa atingiu 68% das ações da ASB. Em novembro de 2022, a Conasa adquiriu a participação restante, atingindo 100% das ações.

Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. (“Sanema”)

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2021	2051	Contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto.	Maceió-AL

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL – Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato de locação dos ativos tem duração de 30 anos, a partir de outubro de 2021.

Em novembro de 2022, em conjunto com a aquisição da ASB, a Conasa adquiriu 3% de cotas que não pertenciam à ASB, consolidando 100% da participação da Sanema.

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. (“Sanesul”)

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária.

Águas de Meriti Ltda. (“Águas de Meriti”)

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos, no entanto ainda não iniciou suas operações.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João do Meriti-RJ

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou Edital de concorrência Internacional nº 001/2020, cujo objeto consiste na Concessão Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para concessão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal Edital confirma a validade do Contrato de Concessão da Águas de Meriti e possibilitará, conforme expectativa da Administração, a retomada da concessão. Com efeito em 30 de abril de 2021, o Consórcio Aegea liderado pela Aegea Saneamento e Participações S.A. (com participação do Grupo Equipav, do GIG – Fundo Soberano de Singapura e da Itaúsa), sagrou-se vencedor das ofertas apresentadas para os blocos 1 e 4 (este último bloco compreende o município

de São João do Meriti), conforme licitação realizada na B3 (“leilão da Cedae”). Em dezembro de 2022, o Poder Concedente emitiu ordem de serviço para a retomada da concessão.

Após a emissão da ordem de serviço para retomada da concessão, a concessionária Águas de Meriti, ao longo de 2023, desenvolveu estudos de engenharia para adequação do contrato ao novo cenário técnico, para tratamento de esgotos nas ETES Pavuna e Sarapuá, em operação pela concessionária Águas do Rio. A expectativa de entrada em operação da concessão é no primeiro semestre de 2024, estando o contrato validado junto ao Poder Concedente de São João de Meriti, bem como os respectivos termos aditivos.

Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. Detém planta operacional em Salto – SP e planta em fase de licenciamento ambiental em Porto Belo – SC, já com terreno adquirido.

Consórcio FEC (“Consórcio FEC”)

O Consórcio FEC, composto pela Conasa (25,44%), Etesco e Fast venceu a concorrência em agosto de 2020 para implantação de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (URQA) em áreas do programa Novo Rio Pinheiros, o qual prevê intervenções de saneamento e socioambientais com o objetivo de recuperar o Rio Pinheiros.

A obra da URQA Jaguaré foi entregue em 19 de dezembro de 2022 e a Companhia atualmente realiza a operação assistida da planta pelo prazo de 3 anos.

1.2.2. Investimentos – Rodovias

Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil BR 163”)

Em 07 de julho de 2021, o Consórcio Via Brasil foi declarado vencedor do leilão da rodovia BR-163/230/MT/PA, cujo sistema rodoviário compreende um total de 1.009,5 km de extensão que faz a interligação entre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A rodovia constitui um eixo fundamental para escoamento da produção agrícola, conectando terminais portuários do Arco Norte, principalmente o Porto de Miritituba, ao município de Sinop (MT). Os investimentos na concessão são estimados em mais de R\$ 2,046 bilhões de reais, e têm como objetivo melhorias na infraestrutura nos 10 anos de duração do contrato de concessão.

O contrato de concessão foi assinado em 1º de abril de 2022 e a transferência do sistema se deu em 03 de maio de 2022. Em 02 de fevereiro de 2023, a ANTT aprovou, em reunião de diretoria, os Trabalhos Iniciais referente aos trechos do Mato Grosso, onde estão localizadas as Praças 01 e 02. A tarifa foi reajustada em 24,7% e a cobrança foi iniciada pelo valor de R\$ 9,80 por eixo em ambas as praças, em ambos os sentidos da Rodovia. Em 27 de abril de 2023 a ANTT autorizou a cobrança parcial de pedágio, com início a partir de 08 de maio, para a terceira Praça de pedágio “P3” na cidade de Trairão-PA, apenas para veículos acima de 4 eixos. Em 09 de agosto de 2023 foi autorizado pela ANTT nova parcela de cobrança na “P3”, perfazendo o montante de 86% da tarifa prevista nessa praça. Em 1º de novembro de 2023 a cobrança passou a ser de 100% da tarifa de pedágio.

Início	Fim	Atividade	UF
2022	2032	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias BR-163 / 230 / MT/PA	Mato Grosso

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 100”)

A Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho da rodovia estadual MT100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari no Mato Grosso, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de duas praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 100 iniciou a cobrança do pedágio em dezembro de 2019.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão de trecho da rodovia MT 100	Mato Grosso

Em dezembro de 2021, conforme primeiro aditivo do contrato de concessão, foi celebrado o reequilíbrio econômico da Companhia, conforme cláusula 39.4 do contrato de concessão. O reequilíbrio visou a recompor as perdas ocasionadas pela Lei 13.711/18 que isentou cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas. A recomposição do equilíbrio se deu com alteração do cronograma de investimento e isenção da outorga variável paga à Secretaria de Infraestrutura (SINFRA).

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 320”)

A Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho das rodovias estaduais MT320 e MT208 entre os municípios de Alta Floresta e Nova Santa Helena no Mato Grosso, com assunção da gestão das rodovias em 21 de maio de 2019. Após executar os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de três praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 320 iniciou a cobrança do pedágio em outubro de 2020.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT 320 e 208	Mato Grosso

Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 246”)

Em 26 de novembro de 2020, o Consórcio Via Brasil MT 246 sagrou-se vencedor do leilão do Lote 2- Tangará da Serra para concessão das rodovias estaduais MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480 com 233,2 quilômetros de extensão, promovido na B3 pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

O lote inclui um trecho de 233,2 km de rodovias entre Jangada e Itanorte, passando por Tangará da Serra. O contrato prevê investimentos estimados de R\$ 730 milhões e tem duração de 30 anos. A rodovia possui alta demanda do agronegócio e alimenta rotas de escoamento da safra.

Após a conclusão dos Trabalhos Iniciais, a concessão iniciou operação comercial das praças de pedágio em 27 de agosto de 2022.

Início	Fim	Atividade	UF
2021	2051	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT246, MT343, MT358 e MT480	Mato Grosso

1.2.3. Investimentos – Iluminação Pública

Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficiência energética.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como prestadora de serviços e também como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas (“PPP”) de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, na Caragua Luz e na Marabá Luz, destacadas abaixo.

Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”)

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João do Meriti-RJ

Caraguá Luz S.A. (“Caraguá Luz”)

A Caraguá Luz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatuba, que tem como objeto a eficiência e gestão do parque de iluminação pública do município.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2041	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Caraguatuba-SP

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatuba, conforme definições do 1º reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e consequente prorrogação do contrato por mais 13 anos, totalizando 26 anos de contrato.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e novo ciclo de investimento e modernização, bem como a redução da contraprestação mensal para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP.

Mauá Luz Ltda. (“Mauá Luz”)

A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Pública Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A concessão administrativa é de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Mauá – SP

Teresina Luz Ltda. (“Teresina Luz”)

A Teresina Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Pública Privada da gestão de iluminação pública do Município de Teresina-PI. A concessão administrativa é de 20 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em agosto de 2020.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2020	2040	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Teresina – PI

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoponi, 2º colocado no processo concorrential, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio Teresina Luz “Consórcio” formado pela Brasiluz, Conasa e FM Rodrigues vencedor da licitação integrado pela Companhia, sob o número 0830280-47-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

Após tramitações de liminares, em junho de 2021, foi apresentado Recurso de Apelação pelo Consórcio Teresina Luz, desprovido pela 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo-se a sentença de 1º Grau, com a publicação do Acórdão em 23/03/2022, determinando a anulação do contrato em tela. Até contínuo, foram interpostos Embargos Declaratórios pelo Consórcio Teresina Luz, ainda pendentes de apreciação. Por outra banda, em processo apenso ao principal, foi interposto AGRAVO INTERNO CIVEL que logrou êxito na suspensão da sentença de 1º grau (Processo 0756515-70.2022.8.18.0000).

Paralelamente, em pedido de SUSPENSAO DE SEGURANÇA CIVEL, proposto pela Prefeitura de Teresina, o Exmo. Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí deferiu o pedido de extensão dos efeitos de suspensão do processo até o trânsito em julgado, (Processo 0715761-91.2019.8.18.0000).

Postas as decisões aqui transcritas, todas a favor da manutenção do contrato cuja titularidade é de Teresina Luz S.A., e, segundo relatório dos advogados patrocinadores da causa, datado de 30.11.2022, a probabilidade de perda de qualquer das causas é remota.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a venda da participação societária de 33.33% da investida Teresina Luz S.A. pelo valor de R\$ 39.000 para os outros dois acionistas FM Rodrigues e Cia Ltda e Brasiluz Eletrificação Eletrônica Ltda na proporção de 50% para cada um, tendo recebido em 19 de janeiro de 2024 o valor de R\$ 15.000 e o restante serão recebidos em 12 parcelas de R\$ 2.000, a partir de fevereiro de 2024.

Luz de Belém S.A. (“Luz de Belém”)

Em novembro de 2020, a Companhia participou como líder (50%) do leilão para PPP de iluminação pública de Belém – PA, projeto estruturado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e leilão promovido pela B3, sagrando-se vencedora. O contrato inclui a eficiência por LED de todo o parque de iluminação em até 24 meses, e a gestão do parque por 13 anos.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2022	2035	Consórcio vencedor da concessão responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Belém – PA

Foi impetrado mandado de segurança pela Proteres, 2º colocado no processo concorrential, em desfavor da Conasa Infraestrutura, líder do consórcio vencedor da licitação integrado pela Companhia, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Belém/PA, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 8082/19 da concorrência pública nº 005/2020. No TJ/PA, o Consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento. Em 30/05/2022, foi publicada a sentença de mérito de improcedência da ação. Em 03/06/2022, a Conecta Belém, uma das impetrantes, ofereceu Embargos Declaratórios, que foi transitado julgado em 13 de maio de 2023.

A ordem de serviço do contrato de eficiência foi assinada em 11 de maio de 2022 e continua em plena operação.

Construtora Luz de Mauá Ltda. (“Construtora LM”)

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficiência energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, não a Companhia detém 20% das cotas.

2 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 28 março de 2024.



denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumariadas na Nota 3.3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.5.

3.1. Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Conasa Infraestrutura consolidou os saldos de ativos, passivos e resultado da investida Aguas do Sertão, da qual já detinha 50% de suas ações em 31 de dezembro de 2022, uma vez que adquiriu o controle com a aquisição dos outros 50% remanescentes em 6 de janeiro de 2023.

O quadro a seguir apresenta a participação acionária detida pela Companhia em suas controladas, coligadas e controladas em conjunto:

	Participação acionária	
	31/12/2023	31/12/2022
Controladas diretas		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Aguas do Sertão S.A.	100,00%	-
Companhia Aguas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A. (a)	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	100,00%	100,00%
Luz de Belém	75,00%	75,00%
Via Brasil MT- 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil MT- 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil MT- 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	52,00%
Via Brasil BR- 163 Concessionária de Rodovias S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas (b)		
Alegrete RJ Participações S.A.	45,00%	45,00%
Caragua Luz S.A.	27,50%	27,50%
Consórcio Caraguá	27,50%	27,50%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	100,00%	100,00%
Coligadas (c)		
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Marabá Luz SPE S.A.	20,00%	20,00%
Coligadas indiretas (c)		
Concessionária Aguas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
Controlada em conjunto/Joint venture (d)		
Teresina Luz S.A.	33,33%	33,33%
Aguas do Sertão	-	50,00%

(a) A Urbeluz, apesar da participação ser de 50%, faz parte da consolidação pelo acordo de votos junto ao acionista minoritário.

(b) Alegrete e a CaraguaLuz e Consórcio Caraguá são controladas através da Urbeluz e a Sanema é controlada através da ASB.

(c) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras.

(d) A investida Teresina Luz foi controlada em conjunto, onde as decisões deveriam ter pelo menos 75% de aprovação, o que requer unanimidade dentre os acionistas. Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a venda de sua participação societária. A investida Aguas do Sertão em 31 de dezembro de 2022 também era de administração em conjunto, a qual a Conasa adquiriu suas ações em 6 de janeiro de 2023.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.3.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição, e somente quando há aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participação de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, se existirem.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária relevante que lhe assegura direito de influência na gestão via Assembleia, Conselho de Administração ou Diretoria, mas sem controle individual sobre tais órgãos.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e/ou empréstimos em conta corrente são demonstrados no balanço patrimonial com “Empréstimos, financiamentos e debêntures”, no passivo circulante.

3.3.3. Ativos e passivos financeiros

3.3.3.1. Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, e títulos e valores mobiliários.

3.3.3.2. Passivo Financeiro – Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua

despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

3.3.5. Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, à alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções de infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.3.6. Ativos de contrato de concessão

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho, são classificados como Ativos de contrato de concessão.

No reconhecimento inicial, o ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição. Posteriormente, o ativo de contrato de concessão é apresentado pelo custo amortizado, sendo atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos de cada contrato e de mercado. Essa taxa remunerará o ativo de contrato de concessão no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura.

3.3.7. Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com poderes concedentes.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível, a depender das características da concessão, à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo de contrato de concessão, quando a contraprestação é devida diretamente pela concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com os prazos dos contratos de concessão ou pela vida útil econômica dos bens, dos dois prazos o menor. Nos ativos de contrato de concessão, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. Os Contratos de Concessão preveem a reversão do ativo ao final do período contratual, fazendo com que a amortização ocorra até seu término. Em casos específicos que haja desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, ativos intangíveis não amortizados devem ser indenizados pelo Poder Concedente para reversão do ativo.

b) Mais valia em investimentos

A mais valia reconhecida na aquisição de controladas representa a diferença entre o valor pago e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis no momento da aquisição, estando alocada no ativo intangível e no ativo de contrato vinculado à concessão e é amortizada ao longo do prazo de concessão das investidas.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.3.8. Imobilizado

Terrenos e edificações que compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs ou não reversíveis ao final dessas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, limitado ao prazo da concessão, quando este for inferior à vida útil, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada, como segue:

	Taxa de depreciação ao ano
Instalações	10 %
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %
Imóveis	4%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 %
Terrenos	-

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos m “Outras receitas/despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

3.3.9. Impairment de ativos não financeiros

A administração testa anualmente seus ativos não financeiros para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados, ao menos anualmente, para a verificação de impairment. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, no caso cada investimento é considerado como uma UGC (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), pois cada investimento é constituído para atender um contrato de concessão. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada empresa individual como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão.

3.3.10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

O Grupo determina a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, utilizando-a para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

3.3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.3.12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos, como custo de captação, são reconhecidos como redutor do passivo e são amortizados no mesmo período corrente dos pagamentos dos empréstimos e financiamentos. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.3.13. Empréstimos entre partes relacionadas

Os empréstimos entre partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente pelo valor da transação e são alocados no ativo circulante quando há expectativa de integralização em um período curto de prazo, entendido como adiamento para futuro aumento de capital. A mesma política também é adotada para os passivos. Quando não há expectativa de realização em curto prazo e que está explícito em contrato de mútuo são alocados diretamente no longo prazo tanto os ativos quanto os passivos.

3.3.14. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados na rubrica de partes relacionadas quando de fato a Companhia tem a intenção de integralização de capital social. Nestes casos a Companhia não tem como prática a remuneração sobre esses adiantamentos, tão pouco toma garantias e também não há prazo determinado de liquidações entendendo que os mesmos serão convertidos quando da autorização pelas assembleias gerais das Companhias para aumento de capital social. Portanto, esses adiantamentos são classificados como ativos financeiros e não como instrumentos de patrimônio. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos financeiros mantidos com empresas controladas são eliminados contra os correspondentes passivos financeiros.

3.3.15. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



>>>>>>>>>

3.3.16. Benefícios a empregados**3.3.3.3.16. Benefícios a empregados****3.3.16.1. Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de saúde, vale alimentação, seguros de vida entre outros de curto prazo se a Companhia e suas investidas tiverem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Na apuração pelo regime de lucro real o imposto de renda e a contribuição social são calculados considerando a adição de despesas não dedutíveis, assim como a exclusão das receitas não tributáveis. Para a apuração no regime de lucro presumido na maioria das investidas é calculado a presunção das receitas em 32%, exceto as empresas equiparadas a construção civil onde a presunção é de 8% e 12% para imposto de renda e contribuição social respectivamente.

A administração do Grupo avalia anualmente através de seus planos de negócios, assim como o ano atual e a situação econômica das investidas, qual é o melhor regime tributário a ser aplicado em cada uma. A controladora optou para o exercício de 2023 o regime tributário de lucro real, assim como para o exercício de 2022. Segue abaixo os regimes tributários das investidas diretas e indiretas do Grupo independente da consolidação:

Investidas Grupo Conasa	Regime Tributário 2023	Regime Tributário 2022
Companhia Águas de Itapema	Lucro Real	Lucro Real
Águas do Sertão S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Sanesalto Saneamento S.A.	Lucro Real	Lucro Presumido
Sanetrat Saneamento S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Conasa-SPE S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sanesul – Construtora Saneamento do Sul S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Águas de Santo Antônio	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Concessionária Águas de Meriti Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Sanema – Saneamento Maceió Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Urbeluz Energética S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Alegrete RJ Participações S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Caragaluz SPE S.A.	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Consórcio Caragua	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Mauá Luz Ltda	Lucro Real	Lucro Real
Construtora Luz de Mauá Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Marabá Luz Ltda	Lucro Presumido	Lucro Presumido
Teresina Luz S.A	Lucro Real	Lucro Real
Luz de Belém S.A.	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil MT-100	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil MT-320	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil MT-246	Lucro Real	Lucro Real
Via Brasil BR 163	Lucro Real	Lucro Real

3.3.18. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.3.19. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia e o Grupo reconhecem a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

a) Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros conforme juros obtidos através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICP-C 01 (R1)/IFRIC 12 (Receitas de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, caso em que a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula, exceto em casos que o contrato estabeleça de forma objetiva o valor contratual envolvido, como no caso da controlada Sanema, em que a receita de construção é reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos na Sanema, estabelecendo margem entre o valor do contrato e o custo orçado. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas são divulgados para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor efetivamente medido ou faturado.

Remuneração do ativo de contrato de concessão: Receita de remuneração do ativo de contrato de concessão é reconhecida sobre a correção monetária dos saldos dos investimentos realizados ao longo contrato, sendo parte constante no ativo a receber ao longo dos contratos de concessões através das contraprestações.

3.3.20. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

3.3.21. Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todos os instrumentos financeiros conversíveis em ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

3.3.22. Impairment de ativos de contrato de concessão

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos de contrato de concessão mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo de contrato de concessão aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

3.4. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia. Sua distribuição durante determinado período é apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é introduzida como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais – IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Impairment de ativo financeiro - Mútuo a receber: a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 14.537 na rubrica de “Partes Relacionadas” decorrente de mútuos com sua parte relacionada Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, que também é acionista da Urbeluz, conforme divulgado na nota explicativa 9. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito e a capacidade de pagamento da contraparte. A Administração da Companhia decidiu contabilizar uma provisão para *impairment* deste ativo, após concluir que a provisão se faz necessária pelo tempo estimado de realização deste ativo não estar se confirmando. A Companhia continua buscando todas as medidas cabíveis, seja de maneira extrajudicial e judicial, para recuperar esses valores.

b) Receitas a faturar: A Companhia, por meio de suas controladas, possui “Contas a Receber – a Faturar” decorrente de medições realizadas e não faturadas através de suas investidas do segmento de iluminação, onde é reconhecida a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pelas Prefeituras logo após o empênhamento e autorização da Secretaria da Fazenda de cada município. A Companhia também reconhece a receita e consequentemente suas contas a receber, das empresas de saneamento referente ao abastecimento de água e o tratamento de esgoto já entregue e ainda não faturados aos consumidores. A Companhia realiza essas estimativas e reconhecimento da receita, conforme determina o CPC 47/IFRS 15, além de eventuais provisões para perdas em valores a receber vencidos acima de 180 dias.

c) Contabilização de perdas para créditos de liquidação duvidosa - A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas conforme CPC 48/IFRS 9. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.

d) Definição de margem de construção – A Companhia adota o custo de construção como métrica para a receita de construção sempre que não há definição contratual para o valor da receita de construção, nos contratos de concessão e PPP. No caso específico da Sanema, o contrato de construção seguido de locação tem definição específica de valor contratual, tendo a investida adotado tal valor para contabilização da receita de construção, constituindo, portanto, margem de construção entre tal receita e o custo de construção. Nos demais contratos de concessão e PPPs, as respectivas administrações adotam margem zero para a contabilização das receitas e custos

de construção. Neste entendimento, a Companhia não reconhece margem de construção porque os modelos de concessão não se destinam a gerar lucros a partir da construção da infraestrutura, mas a partir da exploração dos ativos investidos com a respectiva prestação de serviços, sendo irrelevante eventuais margens de construção.

e) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão de rodovias a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível operacional da Companhia. No contrato de concessão das rodovias do estado do Mato Grosso, está previsto a outorga variável de 3% do valor da receita bruta, porém na investida Via Brasil MT-100, com o reequilíbrio econômico do contrato de concessão, passa a ser de 2% após o primeiro trimestre de 2021. A administração reconhece diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao Poder Concedente, que é pago trimestralmente, considerando uma das premissas item 28 do OCP-C 05.

3.6. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. O ganho obtido com o valor justo da participação patrimonial anteriormente detida é reconhecido no resultado na data da aquisição do controle.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como “Ganho por compra vantajosa”.

3.7. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas e estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas no Brasil, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement – 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements”, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

• **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgarão novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

Essas alterações não geraram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.8. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e que estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS “1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciamento”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.9. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023**(a) Aquisição do controle da Águas do Sertão.**

No dia 6 de janeiro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 50% (cinquenta por cento) do restante das ações da investida Águas do Sertão através de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com acionista Allonda Ambiental Saneamento S.A. A Aquisição foi pelo montante de R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais). Desta forma a partir de janeiro a Companhia assumiu o controle e passou a consolidar os saldos de ativos, passivos e resultados da investida Águas do Sertão S/A. Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na nota 12.

(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

Para o segmento de rodovias, que é a maior parte das receitas da Companhia, onde depende do volume e da frequência com que veículos comerciais e de passeio trafegam em suas rodovias, as mudanças climáticas podem afetar as demonstrações financeiras. Mesmo havendo um nível razoável de confiabilidade nas previsões, a demanda de tráfego pode ser afetada pela concorrência de outros modos de transportes, assim como em função de condições climáticas e macroeconômicas, como por exemplo as causadas por grandes períodos de chuvas, ocasionando enchentes, ou até escassez de chuvas, onde podem gerar aplicação de novos investimentos gerando diminuição nas demandas usuais, além de diminuição nas receitas.

Para o segmento de energia e saneamento as mudanças climáticas tais como vendavais e enchentes e até escassez de chuvas por um período prolongado podem ocasionar maiores custos operacionais e até afetar as receitas da Companhia.

A Companhia vem atuando nos possíveis impactos relacionados às mudanças climáticas e já constituiu o Comitê de Meio Ambiente para que o mesmo seja um vetor inicial sobre as avaliações e gerenciamento, onde esse Comitê realizará relatórios, políticas e monitoramento para as questões climáticas.

(c) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e saldos em conta corrente	435	13	10.287	12.199
Aplicação liquidez imediata (a)	7.722	166.148	155.368	586.361
	8.157	166.161	165.655	598.560

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor justo. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI (81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - saneamento	-	-	56.368	23.087
Contas a receber - iluminação pública	-	-	48.741	30.211
Contas a receber - rodovias	-	-	22.323	8.353
Contas a receber - partes relacionadas	3.600	2.233	-	526
Contas a receber - demais clientes	-	-	6.311	764
Contas a receber - a faturar (*)	-	-	19.368	19.268
(-) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	-	-	(65.766)	(31.146)
	3.600	2.233	87.345	51.063

>>>>>>>>>

>>>>>>>>>>>>

(*) O contas a receber a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo das PPPs em contratos de iluminação pública, conforme suas medições, assim como o consumo estimado nas investidas Águas de Itapema, Sanesalto e Águas do Sertão na prestação de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, mas não faturados até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer - faturados	1.772	404	46.847	20.788
A vencer - a faturar	-	-	22.372	19.268
Vencidos de 1 a 30 dias	487	1.134	12.294	9.365
Vencidos de 31 a 60 dias	1.246	359	5.910	5.706
Vencidos de 61 a 180 dias	52	336	8.958	5.198
Vencidos acima de 180 dias	43	-	56.730	21.884
(-) Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(65.766)	(31.146)
	3.600	2.233	87.345	51.063

5.1 Movimentação das Provisões (reversões) de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais em 31 de dezembro	31.146	23.286
Baixa de títulos durante o exercício como incobráveis (a)	(3.126)	-
Provisões (reversões) de créditos de liquidação duvidosa	37.746	7.860
Saldos finais	65.766	31.146

(a) Foram realizados 8 acordos judiciais relevantes na investida Águas de Itapema, os quais impactaram na reversão das perdas, onde os títulos foram baixados conforme termo de acordo judicial. Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, a Administração da Companhia e de suas controladas, reconheceram provisão estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante líquido de R\$ 37.746 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7.860 em 31 de dezembro de 2022). O maior volume de registros de provisão para perdas se concentra na investida Alegrete Participações S.A no valor de R\$ 44.228, onde há atrasos de contraprestações por parte da Prefeitura de São João do Meriti-RJ, e a maioria das parcelas em atraso refere-se ao valor do reajuste não concedido entre os exercícios de 2018 a 2023, que foram repressados. A Companhia pleiteia este reajuste dentro do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. Outras duas investidas também possuem registro de provisões para perdas ao longo de contrato de concessão, sendo Águas de Itapema no valor de R\$ 7.231 e Águas do Sertão no valor de R\$ 14.055 em 31 de dezembro de 2023.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
PIS a recuperar	-	-	684	202
COFINS a recuperar	-	-	3.152	932
INSS a compensar	-	42	536	137
IRRF sobre aplicação financeira (a)	2.127	1.612	9.639	12.571
IRPJ a recuperar	-	-	262	-
CSLL a recuperar	-	-	186	197
IRPJ saldo negativo (a)	97	-	1.456	-
Outros impostos a recuperar	1	32	1.689	43
	2.225	1.686	17.604	14.082
Ativo não circulante				
PIS a recuperar sobre Intangível	-	-	299	6
COFINS a recuperar sobre intangível	-	-	1.376	29
INSS a compensar	-	-	2.114	1.829
	-	-	3.789	1.864

a) A Companhia mantém saldo de R\$ 9.639 de IRRF sobre aplicação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023. A Administração realizou pedido de compensação de IRRF sobre aplicações financeiras o qual é passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal, conforme prevê a legislação tributária. O saldo de créditos gerados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 será compensado com débitos dentro do próximo exercício.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços
Estoque nas concessões e nas PPPs (Parceria Público Privado) são classificados como ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços a serem prestados e são provenientes das Águas de Itapema S.A., Ureluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A., Alegrete RJ Participações S.A., e Luz de Belém S/A., conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saneamento		
Materiais de uso e consumo	451	578
Bombas e equipamentos	302	302
Tubos e conexões para água	201	163
Tubos e conexões para esgoto	925	921
	1.879	1.964
Energia		
Postes e acessórios	696	190
Fios e cabos	530	249
Lâmpadas e luminárias	2.862	1.565
Reatores e relés	523	475
Ar condicionados e ventiladores	17	19
Ferramentas e acessórios	1.021	106
Outros materiais para manutenção	3.027	990
	8.676	3.594
	10.555	5.558

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	39	26	450	133
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	17.531	8.898
Outros	2.072	204	2.072	1.077
	2.111	230	20.053	10.108

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados durante o exercício, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos de concessão que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos meses. Destaca-se adiantamentos realizados pela Ureluz com saldo de R\$ 1.290, de Águas de Itapema no valor de R\$ 3.567, pela Águas do Sertão com saldo de R\$ 4.076, pela Luz de Belém que é referente a caução do contrato de locação de luminárias com saldo de R\$ 4.020, Via Brasil BR-163 no valor de 4.620. Os referidos valores não sofrem atualização monetária, pois já se realizam e são reconhecidos como custos operacionais nos meses subsequentes ao adiantamento em consequência das medições realizadas.

9. Partes relacionadas**9.1. Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Mútuos				
Consórcio Construtor Catarinense	1.186	1.036	1.186	1.036
Via Brasil MT 320	-	-	18	22
	1.186	1.036	1.204	1.058

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Maua Luz(a)	50	50	50	50
Construtora Luz de Mauá (a)	3.676	3.676	3.676	3.676
Ureluz (a)	4.547	4.547	-	-
Sanesul (c)	2.974	2.428	-	-
Marabá Luz (a)	-	-	49	49
	11.247	10.701	3.775	3.775

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mútuos				
Águas de Santo Antônio (b)	20.215	19.949	-	-
Seven Apoio Administrativo Ltda	-	-	620	462
Cld Construtora, Lacos Detetores E Elettronica Ltda	-	-	116	116
Construtora Rocha Cavalcante Engenharia de Materiais Ltda	-	-	55	55
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	-	-	-	23
M4 Investimentos e Participações Ltda	-	-	-	11
Construtora Ibérica Ltda	-	-	1.482	281
Fremix Pavimentação e Construções S.A.	-	-	34	34
Elo Serviços, Obras e Participações (h)	-	-	7.360	9.165
Consórcio Caragua (outros sócios)	-	-	291	292
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	1.373	1.024
Teresina Luz (e)	-	6.560	-	6.560
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	2	-	-
SF329 Participações S.A. (k)	-	-	3.219	-
Outros	-	-	1.505	1.505
	20.215	26.511	16.055	19.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(20.215)	(19.949)	-	-
	11.247	17.263	19.830	23.303

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Sanesalto Saneamento S/A. (d)	3.413	3.413	-	-
Marabá Luz Ltda	70	70	263	263
Consórcio Caraguá (g)	3.000	3.000	2.264	828
Conasa SPE	598	664	-	664
Luz de Belém S.A. (f)	871	25.772	-	-
Elo Serviços Obras e Participações Ltda (j)	-	20.000	-	20.000

Construtora Rocha Cavalcante Ltda (i)	-	161	-	161
M4 Investimentos e Participações Ltda (i)	-	416	-	416
Engenharia de Materiais Ltda (i)	-	469	-	469
	7.952	53.965	2.527	22.801

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não circulante				
Consórcio Caraguá	-	-	-	5
Via Brasil MT-246	232	232	-	-
Cld Construtora, Lacos Det. e Elet. Ltda	-	67	-	67
	232	299	-	72

(a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos. Cabe mencionar que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre esses adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. Os AFACs serão convertidos quando da autorização pelas Assembleias Gerais ou Reunião de Sócios das investidas para aumento de capital.

(b) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados à investida, foram provisionados para perdas devido a riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, constituiu a provisão para perda.

(c) A Sanesul realizou aportes destinados à concessão da Águas de Meriti Ltda., dos quais parte já foram convertidos em integralização de capital, e o restante serão regularizados em períodos subsequentes. Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Águas de Meriti.

(d) Os valores referem-se aos créditos tributários do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, da controladora e coligadas que adquiriram junto à Sanesalto Saneamento S.A. créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Na controladora o valor foi de R\$ 3.413 e na coligada Companhia Águas de Itapema o valor foi de R\$ 2.350. Os saldos tiveram seus vencimentos prorrogados para 31 de março de 2025. Esses saldos não estão sujeitos a juros e atualização monetária.

(e) A Companhia, em conjunto com os demais acionistas, realizou aportes adicionais de capital social inicial na Teresina Luz, diante da necessidade de conclusão das obras no projeto, os quais seriam convertidos em capital futuramente. No entanto a Companhia decidiu alienar sua participação no capital social da investida aos outros dois acionistas no valor de R\$ 39.000 cada um na sua proporção. Os saldos de partes relacionadas integram a negociação.

(f) A Companhia realizou os investimentos iniciais para assinatura da ordem de serviço com a Luz de Belém S.A integrando o seu capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contato, que ocorreu somente em 11 de maio de 2022, os recursos foram devolvidos, através de contrato de mútuo com a controladora, o qual foi amortizado mantendo saldo de R\$ 871 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 25.772 em 31 de dezembro de 2022).

(g) A Companhia firmou contrato de mútuo com o Consórcio Caraguá, investida de sua controlada Ureluz Energética S.A, com vencimento em 5 de dezembro de 2024, não há incidência de juros remuneratórios.

(h) A investida Luz de Belém S.A. recebeu investimento de seus acionistas para a integralização do capital social necessário. Porém, em virtude de atraso na assinatura do contrato de concessão, o que ocorreu somente em 11 de maio de 2022, os recursos foram devolvidos, através de contrato de mútuo com o acionista Elo, Serviços, obras e Participações S.A. no valor de R\$ 11.015. Em 31 de dezembro de 2023 mantém saldo de R\$ 7.360 (R\$ 9.165 em 31 de dezembro de 2022), em relação ao qual não há cobrança de juros remuneratórios ou de mora e seu vencimento ocorreu em 31 de dezembro de 2023.

(i) Em fevereiro de 2022, quando da necessidade de aporte de capital necessário para o cumprimento das condições precedentes para a assinatura do Contrato de Concessão da Via Brasil BR-163, os acionistas não controladores indicaram não possuir os recursos suficientes para o aporte na proporção da respectiva participação no Consórcio. Dessa forma, a Companhia ofereceu os recursos necessários para a realização dos aportes e firmou com cada um dos não controladores contratos de mútuos. Os contratos de mútuos previam a correção do saldo pela variação do DI adicionado de spread de 2% a.m. bem como alienavam as ações integralizadas com os recursos mutuados como garantia no caso de não pagamento dos valores devidos em 45 dias corridos. Em junho de 2022, a Companhia executou as garantias dos contratos de mútuo, passando a acumular a partir de então 100% das ações da Via Brasil BR-163, restando saldo a pagar de R\$ 1.046, a ser pago em até 90 dias após o início da arrecadação dos pedágios. O saldo a pagar aos não controladores foi liquidado em 30 de maio de 2023.

(j) Em 31 de outubro de 2022 a Companhia adquiriu a participação da Sanema em sua totalidade da acionista Elo, Serviços, obras e Participações S.A. no valor de R\$ 40.000, pagando o valor de R\$ R\$ 20.000 no ato da assinatura do contrato de compra e venda de ações e o restante foi pago em 15 de maio de 2023.

(k) A investida Sanetrat Saneamento S.A. era detentora de Cédulas de Créditos Imobiliários ("CCI") até 22 de maio de 2021 quando a Companhia realizou Assembleia Geral de Acionistas e deliberou pela cisão da participação societária na controlada, segregando o ativo CCIs. Na mesma data, a administração deliberou, com autorização do acionista INFRA Setorial FIP, pela distribuição de dividendos *in-natura*, entregando as CCIs ao FIP. Desde então a investida Sanetrat continua, como parte do processo, arcando com os custos do processo judicial cuja conclusão está prevista até o fim do exercício de 2024 mantendo saldo a receber de R\$ 3.219 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.800 em 31 de dezembro de 2022), reclassificado de outros ativos não circulantes.

9.2. Receitas entre partes relacionadas

a) Como forma de centralização de ativos, a Companhia adquire e realiza operação de arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos para que suas investidas possam usar estes ativos nas suas operações, e nessas transações reconheceu receitas relacionadas a veículos.

b) A Companhia também centraliza serviços administrativos compartilhados em seu escritório de Londrina-PR, como forma de prover sinergias aos negócios. Estão inseridos nesses serviços prestados pela Conasa às investidas serviços administrativos, tais como controladoria, contabilidade, financeiro, fiscais, de suprimentos, de TI, jurídicos, de suporte de engenharia, de recursos humanos, de compliance e de meio ambiente. Para as outras receitas operacionais a Companhia realiza rateio de seus custos corporativos para as controladas e coligadas, e assim são determinadas em sua maioria, de acordo com a proporção de receitas do exercício de suas coligadas e controladas, em parâmetros de mercado e conforme práticas usuais de pares comparáveis. Abaixo as receitas entre partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação de veículos e equipamentos (a)				
Companhia Águas de Itapema	105	176	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	62	62	-	-
Teresina Luz S.A.	154	154	154	154
Sanetrat Saneamento S.A.	104	104	-	-
	425	496	154	154

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais (b)				
Companhia Águas de Itapema	6.529	5.791	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	3.751	4.685	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	1.435	1.094	-	-
Águas do Sertão S.A	6.181	-	-	-
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	426	406	-	-
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	426	402	-	-
Via Brasil MT246 Concessionária de Rodovias S.A.	426	168	-	-
Via Brasil Br 163 Concessionárias de Rodovias S.A.	12.700	12.000	-	-
Teresina Luz S.A.	50	144	50	144
Ureluz Energética S.A.	820	772	-	-
Alegrete RJ Participações S.A.	211	199	-	-
Caraguá Luz S.A.	117	110	-	-
Consórcio Caraguá	50	85	50	47
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	584	120	-	-
	33.706	25.976	100	191
	34.131	26.472	254	345

a) Sobre os serviços administrativos compartilhados a Companhia recebeu adiantamentos de investidas no valor de R\$ 4.007 a ser compensado no exercício de 2024, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (nota 23)				
Sanesalto Saneamento S.A.	1.850	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	1.474	-	-	-
Sanema Saneamento S.A.	683	-	-	-
	4.007	-	-	-

9.3. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade dos negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o

»»»»»»»»»»
vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a, conforme mencionado na nota 10.

10. Títulos valores mobiliários

10.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (a)	-	6.601	-	-
Debêntures privadas AASN11(Pré-fixada 20% a.a) (b)	-	169.522	-	169.522
Debêntures privadas ALAP12 (100% DI + 5% a.a) (b)	-	49.243	-	49.243
	-	225.366	-	218.765
Ativo não circulante				
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (a)	7.237	-	-	-
Fundo de renda fixa - Via Brasil MT-320 (c)	-	-	-	57.149
Fundo de renda fixa - Via Brasil BR-163 (d)	-	-	40.660	36.603
Fundo de reserva (CRI Sanema) (e)	-	-	10.572	8.092
Fundo de renda fixa - Sanesalto (f)	-	-	3.518	2.940
Quotas de capital (instituição financeira cooperativa)	749	612	872	744
	7.986	612	55.622	105.528
Total de títulos e valores mobiliários	7.986	225.978	55.622	324.293

10.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	225.978	324.293
(+) Aplicações	10.184	19.226
(-) Recebimentos do principal	(230.090)	(295.864)
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	636	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	1.278	7.967
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	7.986	55.622

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	21.325	54.525
(+) Aplicações	219.364	270.092
(-) Recebimentos do principal	(6.559)	(616)
(-) Recebimentos de juros	(9.540)	-
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	780	492
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	608	- 200
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	225.978	324.293

(a) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R\$ 7.237 (R\$ 6.601 em dezembro de 2022) de emissão de sua controlada Alegrete RJ Participações. A debênture tinha vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a. Devido ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de PPP, as parcelas vêm sendo reprogramadas incidindo juros contratuais para serem liquidadas a medida que o caixa de sua investida se equalize. Desta forma, a Companhia reclassificou todo o saldo para ativo de longo prazo.

(b) No dia 16 de dezembro de 2022, a Companhia anunciou a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a acionista Allonda Ambiental Saneamento S.A ("Saneamento S.A.") para aquisição da totalidade das ações detidas pela Saneamento S.A. na investida Águas do Sertão, representativas de 50,00% (cinquenta por cento) de seu capital social pelo montante de R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais), além de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais) vinculados à performance do ativo em até 5 anos, sujeito aos demais ajustes nos termos do acordo. Na negociação da aquisição das ações com a Allonda Ambiental Saneamento S.A., a Companhia adquiriu títulos e valores mobiliários de emissão da Saneamento S.A. detidos por terceiros no valor de R\$ 218.765, para evitar eventos de vencimento antecipado e utilizá-los em dação em pagamento na aquisição. Tais créditos foram utilizados para liquidação financeira da aquisição, que ocorreu em 6 de janeiro de 2023, sendo que não houve ganho ou perda associada com a liquidação dessas debêntures.

(c) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia dos investimentos durante os exercícios de 2023 a 2026 da investida Via Brasil MT-320. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. A investida utilizou os recursos aplicados durante o segundo semestre de 2023 aplicando nos investimentos programados dentro da concessão.

(d) Em 27 de dezembro de 2022, a investida Via Brasil BR-163, conforme previsão da escritura da 1ª emissão de debêntures, aplicou em conta reserva o valor de R\$ 36.603, sendo para 31 de dezembro de 2023 mantém o montante de R\$ 40.660, representativa do valor a pagar da próxima parcela semestral, prevista para junho de 2024.

(e) Refere-se ao fundo de reserva retidos na emissão dos CRIs - Certificados de Registro Imobiliário emitidos pela investida Sanema Saneamento de Maceió Ltda, onde esta autoriza a retenção de recursos de integralização administrados pelo Banco Opea Securitizadora S/A, e deverão ser mantidos em aplicações de baixo e médio risco em prazos não superiores ao vencimento final dos CRIs que é em 31 de agosto de 2037. Após esta data, os recursos serão disponibilizados em conta corrente movimento da emissora. A Sanema deve, sempre que necessário, compor o correspondente a 4 parcelas vincendas dos CRIs no total de R\$ 10.572 em 31 de dezembro de 2023.

(f) O valor de aplicação financeira em fundos de renda fixa refere-se a conta reserva para garantia de 3 parcelas das debêntures da investida Sanesalto. Este valor advém da 3ª emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média das aplicações financeiras supera a 101% do CDI (101% em 31 de dezembro de 2022). O valor das parcelas corresponde a R\$ 3.518 em 31 de dezembro de 2023.

11. Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, a rubrica "outros ativos não circulantes" está composta de depósitos recursais, além de créditos com terceiros para execução de obras, representadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Seguros a apropriar	378	424	3.406	2.652
Custo antecipado de captação de empréstimos	-	-	500	-
Alienação de ações da investida Teresina Luz (d)	37.000	-	37.000	-
Adiantamento para aquisição de empresas (Farol) (a)	-	10.000	-	10.000
	37.378	10.424	40.906	12.652
Ativo não circulante				
Depósitos recursais	-	180	411	779
Despesas antecipadas de outros projetos e estudos (b)	-	1.638	-	1.638
Outros créditos com coligadas (c)	-	-	-	2.800
Alienação de ações da investida Teresina Luz (d)	2.000	-	2.000	-
	2.000	1.818	2.411	5.217

(a) A Companhia está negociando compra da empresa Sistema de Saneamento Sanitário do Farol SPE Ltda, construtora contratada pela Sanema para construção dos ativos, pelo valor de R\$ 16.000, dos quais a Companhia adiantou R\$ 10.000 ao final de dezembro de 2022. Em 19 de dezembro de 2023, a Administração assinou o contrato de compra e venda liquidando o restante da operação que se concluiu com o fechamento em 15 de janeiro de 2024, quando então o controle da Farol foi adquirido.

(b) A Companhia mantém saldo de despesas antecipadas em processos de licitações referente a projetos e estudos, além de outras despesas vinculadas a concessões em fase pré-operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração reconheceu as despesas para o resultado do período no valor de R\$ 1.638.

(c) A investida Sanetrat Saneamento S.A. era detentora de Cédulas de Créditos Imobiliários ("CCIs") até 22 de maio de 2021, quando a Companhia realizou Assembleia Geral de Acionistas e deliberou pela cisão da controlada, segregando o ativo CCI. Na mesma data, a administração deliberou, com autorização do acionista INFRA Setorial FIP, pela distribuição de dividendos *in-natura*, entregando as CCIs ao FIP. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração reclassificou o saldo para partes relacionadas.

(d) Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia alienou suas ações em sua totalidade de 33,33% da investida Teresina Luz S.A. no valor de R\$ 39.000 para os outros dois acionistas FM Rodrigues & Cia Ltda e Brasuluz Eletrificação e Eletrônica Ltda observada a proporção de 50% para cada um a serem pagos o valor de R\$ 15.000 em 15 de janeiro de 2024 e o restante em 12 parcelas iguais de R\$ 2.000.

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	31/12/2023		31/12/2022	
	%	Patrimônio líquido da investida	%	Patrimônio líquido da investida
Investimentos (ativo):				
Companhia Águas de Itapema	100,00%	95.463	100,00%	83.122
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	11.206	100,00%	5.363
Águas do Sertão S/A.	100,00%	305.696	50,00%	485.974
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	10.010	100,00%	7.069
Conasa SPE S.A.	100,00%	-	100,00%	668
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	58.350	50,00%	55.632
Mauá Luz Ltda.	20,00%	78.310	20,00%	12.885
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	115.545	20,00%	85.005
Teresina Luz S.A. (ii)	-	-	33,33%	47.141
Luz de Belém S.A.	75,00%	30.673	75,00%	44.015
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	100,00%	180.365	100,00%	167.638
Sanema Saneamento de Maceió	3,00%	197.167	3,00%	179.967
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	60.423	31,420	58.890
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	79.260	41,215	9.725
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	52,00%	1.925	1,001	7.519
Via Brasil BR-163 Concessionária de Rodovias S.A.	100,00%	281.091	100,00%	199.439
		1.505.484		1.501.592
Adiantamento para aquisição de investimento		1.054.333		857.700
Farol - Sistema de Saneamento Sanitário Ltda (i)		16.000		-
Ágio (Goodwill)		907		-
Águas do Sertão S.A. (ii)		907		-
Mais Valia em controladas		54.409		56.758
Sanesalto Saneamento S.A.		8.619		8.800
Urbeluz Energética S.A.		727		977
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.		43.389		43.777
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.		8.512		8.595
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.		29.462		29.766
Luz de Belém S.A.		599		625
Águas do Sertão S.A. (ii)		125.739		-
		121.456		149.298
		1.342.696		1.006.998
Perda com investimentos (passivo)		-		-
Conasa-SPE S.A.	100,00%	(115)	100,00%	-
Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	20,00%	(85)
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	(880)	89,91%	(237)
		(1.080)		(230)
Saldo líquido de investimento		1.341.773		1.006.768

	31/12/2023		31/12/2022	
	%	Patrimônio líquido da investida	%	Patrimônio líquido da investida
Investimentos (ativo):				
Águas do Sertão S/A. (iii)	-	-	50,00%	485.974
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	3,00%	197.167	3,00%	179.967
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%	4.629	49,00%	4.865
Maua Luz SPE Ltda	20,00%	78.310	20,00%	64.425
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	115.545	20,00%	85.005
Teresina Luz S.A. (ii)	-	-	33,33%	47.141
		395.651		867.377
Adiantamento para aquisição de investimento		46.954		296.368
Farol - Sistema de Saneamento Sanitário Ltda (i)		16.000		-
Total Investimento (ativo)		62.954		296.368

Perdas em Investimentos (Passivo):

Marabá Luz S.A. (Conasa)	20,00%	(85)	(17)	20,00%	(85)	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	55,00%	(84)	(46)	55,00%	(85)	(46)
		(169)	(63)		(170)	(63)

Total de investimentos

62.891 **296.305**

(i) A Companhia negociou a compra da empresa Sistema de Saneamento Sanitário do Farol SPE Ltda, construtora contratada pela Sanema para construção dos ativos, pelo valor de R\$ 16.000, dos quais a Companhia adiantou R\$ 10.000 ao final de dezembro de 2022. Em 19 de dezembro de 2023, a Administração assinou o contrato de compra e venda liquidando o restante da operação que teve o fechamento em 15 de janeiro de 2024. Desta forma, já reclassificou para investimentos no encerramento do exercício de 2023.

(ii) Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia alienou suas ações em sua totalidade de 33,33% da investida Teresina Luz S.A. no valor de R\$ 39.000 para os outros dois acionistas FM Rodrigues & Cia Ltda e Brasuluz Eletrificação e Eletrônica Ltda observada a proporção de 16,66% para cada um a serem pagos o valor de R\$ 15.000 em 15 de janeiro de 2024 e o restante em 12 parcelas iguais de R\$ 2.000.

(iii) Combinação de Negócios

Águas do Sertão

No dia 16 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com outra acionista Allonda Ambiental Saneamento S.A para aquisição da totalidade das ações detidas por esta na investida Águas do Sertão S.A., representativas de 50,00% (cinquenta por cento) de seu capital social pelo montante de R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais), além de preços adicionais "Earn Outs" trazidos a valor presente no valor de R\$ 16.899 que podem atingir R\$ 30.000, sujeitos aos demais ajustes nos termos do acordo. A conclusão da negociação das ações se deu em 6 de janeiro de 2023, quando a Companhia assumiu o controle, tornando-se detentora de 100% do capital social.

Conforme exigência do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios, em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia, como adquirente, deve remensurar sua participação anteriormente detida na adquirida pelo valor justo na data da aquisição do controle e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver. Conseqüentemente, a Companhia registrou o ganho no resultado do exercício no montante de R\$ 63.003 em 31 de março de 2023.

Com a conclusão da aquisição das ações da Allonda Participações em sua totalidade, foi realizada alocação do preço de compra ("PPA" - Purchase Price Allocation) utilizando o método de fluxo de caixa para determinação do valor justo dos ativos adquiridos (incluindo o ativo relacionado com o contrato de concessão) e dos passivos assumidos na data da aquisição. Como resultado do PPA, foi identificada a mais valia dos ativos líquidos adquiridos no valor de R\$ 126.006, e consequentemente o valor de R\$ 909 de *Goodwill*, atribuídos ao contrato de concessão do ativo intangível da adquirida Águas do Sertão.

A tabela a seguir resume os valores preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, ajustados ao valor justo na mesma data da aquisição da participação na Conasa Infraestrutura S.A.

	Controladora		Consolidado	
	Base:	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Combinação de negócios - Águas do Sertão				
Instrumentos patrimoniais na combinação de negócios (275.000 ações ordinárias)		290.000		290.000
Contraprestação contingente		16.899		16.899
		306.899		306.899
Total da contraprestação transferida		(242.987)		(242.987)
(-) Aquisição participação adquirida junto a não controladores		63.912		63.912
		305.990		305.990
Valor justo da participação acionária antes da combinação de negócios		305.990		305.990
		369.902		369.902
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos				
Caixa e equivalentes de caixa		67.766		67.766
Contas a receber e outros créditos		17.606		17.606
Imobilizado (Nota 13.2)		8.696		8.696
Intangível (Nota 14.b)		1.225.864		1.225.864
Mais valia identificada sobre contrato de concessão (intangível) e remensuração da parcela anteriormente detida (Nota 12.b)		126.006		169.157
Direito de uso (Nota 16.1.1)		407		407
Outros ativos		2.837		2.837
Fornecedores		(6.678)		(6.678)
Empréstimos e debêntures (Nota 18.3)		(824.308)		(824.308)
Passivos de arrendamento (Nota 16.2.1)		(414)		(414)
Outros passivos		(5.803)		(5.803)
Tributos diferidos sobre a mais valia		-		(43.151)
		611.980		611.980
Total de ativos líquidos identificáveis		611.980		611.980
Participação dos não controladores provenientes da combinação de negócios		(242.987)		(242.987)
Ágio (Goodwill) (nota 12.b)		909		909
		369.902		369.902

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2022	Integralização de Capital Social	Aquisição (alienação) de participação societária	Ágio e Mais Valia em Investimentos	Dividendos recebidos	Provisão / Reversão / Proposta de dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldo em 31/12/2023
Investimentos (ativo):								
Companhia Águas de Itapema	83.122	2.500	-	-	(13.895)	(7.393)	31.129	95.463
Sanesalto Saneamento S.A.	5.363	-	-	-	-	(1.820)	7.663	11.206
Águas do Sertão S/A. (a)	242.987	-	242.987	-	-	-	(180.278)	305.696
Sanetrat Saneamento S.A.	7.069	-	-	-	-	(916)	3.857	10.010
Conasa SPE S.A.	-	-	-	-	-	-	(668)	-
Urbeluz Energética S.A. (a)	27.816	-	-	-	-	943	416	29

Saneat Saneamento S.A.	6.030	-	-	-	(325)	1.364	7.069	
Conasa SPE S.A.	744	-	-	-	-	(76)	668	
Urbeluz Energética S.A. (a)	24.474	-	-	-	(1.042)	4.384	27.816	
Mauá Luz Ltda	10.132	-	-	-	-	2.753	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda	16.828	-	(98)	(1.540)	-	1.811	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	-	(510)	2.149	15.712	
Luz de Belém S.A.	35.418	-	-	-	-	(2.407)	33.011	
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	147.711	-	-	-	6.119	(6.934)	20.742	167.638
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	5.332	-	67	5.399
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	20.803	9.362	-	-	-	(4)	462	30.623
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A.	10.015	-	-	-	-	(4.958)	5.057	
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	6.706	-	-	-	-	(2.796)	3.910	
Via Brasil Br 163 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	-	250.000	(3.839)	-	(1.232)	-	(45.490)	199.439
	362.723	534.362	(3.937)	(1.540)	10.219	(9.545)	(34.582)	857.700

Mais valia sobre ativos:								
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	58.849	-	-	-	-	(2.091)	56.758	
Urbeluz Energética S.A. (a)	9.890	-	-	-	-	(1.090)	8.800	
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	1.226	-	-	-	-	(249)	977	
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	44.095	-	-	-	-	(318)	43.777	
Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	8.650	-	-	-	-	(55)	8.595	
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	30.027	-	-	-	-	(261)	29.766	
Luz de Belém S.A. (d)	632	-	-	-	-	(7)	625	
	153.369	-	-	-	-	(4.071)	149.298	

Total de investimentos:	516.092	534.362	(3.937)	(1.540)	10.219	(9.545)	(38.653)	1.006.998

Perda com investimento (passivo):								
Marabá Luz S.A.	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	(17)	-	-	-	-	-	(196)	(213)
Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.	(3.849)	-	3.839	-	10	-	-	-
	(3.883)	-	3.839	-	10	-	(196)	(230)
	247.728	534.362	(98)	(1.540)	10.229	(9.545)	(38.849)	1.006.768

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.384	360	-	-	-	(476)	2.268	
Águas do Sertão S/A.	242.987	-	(242.987)	-	-	-	-	
Mauá Luz Ltda.	12.885	-	-	-	-	2.777	15.662	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	17.001	-	-	(2.372)	8.480	-	23.109	
Teresina Luz S.A.	15.712	-	(21.133)	(1.688)	7.109	-	5.195	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	5.399	-	-	-	516	-	16.000	
Fatol - Sistema de Saneamento Sanitário Ltda	-	16.000	-	-	-	-	-	
	296.368	16.360	(264.120)	(4.060)	18.406	-	62.954	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	296.305	16.360	(264.120)	(4.060)	18.406	-	62.891	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.987	
Mauá Luz Ltda.	10.132	-	-	-	2.753	-	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	16.828	-	-	(1.540)	1.811	(98)	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	(510)	2.149	-	15.712	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	67	5.332	5.399	
	43.523	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.368	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	43.460	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.305	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.987	
Mauá Luz Ltda.	10.132	-	-	-	2.753	-	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	16.828	-	-	(1.540)	1.811	(98)	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	(510)	2.149	-	15.712	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	67	5.332	5.399	
	43.523	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.368	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	43.460	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.305	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.987	
Mauá Luz Ltda.	10.132	-	-	-	2.753	-	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	16.828	-	-	(1.540)	1.811	(98)	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	(510)	2.149	-	15.712	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	67	5.332	5.399	
	43.523	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.368	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	43.460	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.305	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.987	
Mauá Luz Ltda.	10.132	-	-	-	2.753	-	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	16.828	-	-	(1.540)	1.811	(98)	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	(510)	2.149	-	15.712	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	67	5.332	5.399	
	43.523	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.368	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	43.460	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.305	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.987	
Mauá Luz Ltda.	10.132	-	-	-	2.753	-	12.885	
Construtora Luz de Mauá Ltda.	16.828	-	-	(1.540)	1.811	(98)	17.001	
Teresina Luz S.A.	14.073	-	-	(510)	2.149	-	15.712	
Sanema Saneamento de Maceió Ltda	-	-	-	-	67	5.332	5.399	
	43.523	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.368	

Perdas com Investimentos (passivo):								
Marabá Luz S.A. (Conasa)	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)
Marabá Luz S.A. (Urbeluz)	(46)	-	-	-	-	-	-	(46)
	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)

Total líquido de investimentos	43.460	275.000	-	(2.050)	(25.339)	5.234	296.305	

Investimentos (ativo):								
Concessionária Águas de Meriti	2.490	-	-	-	(106)	-	2.384	
Águas do Sertão S/A.	-	275.000	-	-	(32.013)	-	242.	

>>>>>>>>

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reclassificação MT-100 (a)	Realização de mais valia - Controlador	Realização de mais valia - Não Controlador	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Ativo intangível (Saneamento)							
Em serviço (Águas de Itapema)	159.628	2.856	-	-	-	(7.939)	154.545
Em serviço (Sanesalto)	34.997	-	-	-	-	(3.353)	31.644
	194.625	2.856	-	-	-	(11.292)	186.189
Ativo intangível (Rodovias)							
Em serviço (rodovias)	100.062	760.938	18.826	-	-	(39.667)	840.159
Outorgas (rodovias)	18.195	4.641	-	-	-	(655)	22.181
Adiantamento para aquisição de intangível	-	66.106	-	-	-	-	66.106
	118.257	831.685	18.826	-	-	(40.322)	928.446
Softwares e aplicativos							
Softwares e aplicativos	1.936	4.753	-	-	-	(655)	6.034
	1.936	4.753	-	-	-	(655)	6.034
Mais valia sobre ativo intangível de Investida							
Sanesalto Saneamento S.A.	58.849	-	-	(2.092)	-	-	56.757
Via Brasil MT-100 Concessionárias	78.831	-	-	(318)	(250)	-	78.263
Via Brasil MT-246 Concessionárias	35.985	-	-	(55)	(206)	-	35.724
Via Brasil MT-320 Concessionárias	32.284	-	-	(260)	(38)	-	31.986
	205.949	-	-	(2.725)	(494)	-	202.730
Total intangível de contratos de concessão	520.767	839.294	18.826	(2.725)	(494)	(52.269)	1.323.399

Teste de impairment do ativo intangível

A Companhia não identificou indicativos de impairment sobre seus ativos, motivo pelo qual não foi necessária a realização de um teste de impairment sobre esses ativos.

14.3 Serviços de construção

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	1.021.536	763.794
Custo de construção	(1.021.536)	(763.794)
	-	-

15 Ativo de contrato de concessão

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, em que há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativo de contrato de concessão. Os ativos (ou passivos) oriundos de contratos de construção (ou similar) em relação aos quais a obrigação de performance ainda não tenha sido satisfeita devem permanecer registrados como ativo de contrato até que sejam cumpridas todas as obrigações de performance. O contrato da Sanema, apesar de não ter a obrigação de performance de operação/manutenção, foi cumprido com a obrigação de performance que é a conclusão da obra.

15.1 Composição

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Mais Valia em Investimentos	Alegrete	Caragua Luz	Luz de Belém	ASB/Sanema	Total
Saldo inicial	10.402	63.637	72.278	884	471.381	618.582
Adições (receita de construção)	-	566	9.129	4.560	-	14.255
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	-	8.840	15.746	395	-	24.981
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	-	-	53.381	53.381
Recebimento Contratos	-	(9.233)	(13.062)	(1.340)	(37.236)	(60.871)
Amortização Mais Valia (Urbeluz)	(181)	-	-	-	-	(181)
Amortização Mais Valia (ASB)	(249)	-	-	-	-	(249)
Amortização Mais Valia (Luz de Belém)	(27)	-	-	-	-	(27)
Baixa de Adiantamento Ativo de Contrato	-	-	-	-	(3.050)	(3.050)
Saldo final	9.945	63.810	84.091	4.499	484.476	646.821
TRAF (*)	-	18,82% a.a	16,79% a.a	8,10% a.a.	8,10% a.a.	
					Circulante	73.649
					Não circulante	573.172

	Consolidado					
	31/12/2022					
	Mais Valia em Investimentos	Alegrete	Caragua Luz	ASB/Sanema (b)	Total	
Saldo inicial	11.748	56.056	56.926	428.621	553.351	
Adições (receita de construção)	-	2.402	15.974	15.590	33.966	
Remuneração do ativo de contrato (PPPs)	-	14.832	11.874	-	26.706	
Remuneração do ativo de contrato (Sanema)	-	-	-	54.980	54.980	
Recebimento Contratos	-	(8.769)	(12.496)	(30.821)	(52.086)	
Adiantamento para realização ativo de contrato	-	-	-	3.011	3.011	
Amortização Mais Valia (Urbeluz)	(1.090)	-	-	-	(1.090)	
Amortização Mais Valia (ASB)	(249)	-	-	-	(249)	
Amortização Mais Valia (Luz de Belém)	(7)	-	-	-	(7)	
Saldo final	10.402	64.521	72.278	471.381	618.582	
TRAF (*)	-	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.		
					Circulante	63.150
					Não circulante	555.432
						618.582

(*) Taxa de retorno do ativo de contrato de concessão.

15.2 Serviços de construção

	Caraguá - Alegrete - Luz de Belém	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	14.255	33.966
Custos de construção	(14.255)	(33.966)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia registra as receitas e custos de construção com margem zero para atender ao CPC 04 e ao OCPC01, considerando que os investimentos serão remunerados ao longo do contrato de parceria público privado e em função de que os serviços de construção prestados sob responsabilidade da Companhia são subcontratados de terceiros por valores de mercado.

15.3 Serviços de construção de ativos

	Sanema	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	-	15.590
Custos de construção	-	(7.679)
	-	7.911

A Companhia atua com sua controlada Sanema Saneamento de Maceió Ltda como responsável primária pela construção de ativos, sendo redes coletoras e uma ETE - Estação de tratamento de Esgoto na cidade de Maceió com contrato de execução com a CASAL-- Companhia de Saneamento do estado de Alagoas. O contrato é de 30 anos, sendo os 30 primeiros meses para construção do ativo, tendo esse mesmo prazo de carência para recebimento do aluguel dos ativos. As obras foram concluídas em novembro de 2022, portanto, não há receita de construção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

15.4 Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Essa remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo de contrato de concessão, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo de contrato de concessão e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, e revisadas anualmente. Há também as contraprestações recebidas referentes à investida Sanema, cujos recebimentos referentes à locação de ativos iniciaram em novembro de 2021.

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
Alegrete			
Contraprestação	52.680	43.099	
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(12.619)	(12.619)	
(=) Receita Bruta	40.061	30.480	
Caraguá			
Contraprestação	20.019	20.000	
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(14.709)	(12.268)	
(=) Receita Bruta	5.310	7.732	
Sanema			
Contraprestação	37.236	30.821	
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(37.236)	(30.821)	
(=) Receita Bruta	-	-	
Consolidado			
Contraprestação	109.935	93.920	
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(64.564)	(55.708)	
(=) Receita Bruta	45.371	38.212	

Teste de impairment do ativo de contrato de concessão

Não foram identificados fatores de perda incorrida ou perda esperada que requeriram um teste de impairment em 31 de dezembro de 2023.

16 Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos-- Consolidado**16.1. Direito de uso**

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização Acumulada	Direito Uso Líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	13,69%	19.139	(7.890)	11.249	12.327
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (b)	23,22%	64.470	(18.676)	45.794	47.446
Direito de uso - Luminárias (c)	25,10%	38.169	(6.480)	31.689	35.702
Direito de uso - Outros arrendamentos	24,49%	50.120	(19.278)	30.842	23.637
		171.898	(52.324)	119.574	119.112

a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação para aumento de razão em 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O Built to suit tem taxa média anual de juros de 12,62%, e seu último vencimento está previsto para dezembro de 2027. Em 2018, foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06.

b) Refere-se ao aluguel de máquinas e equipamentos utilizados para construção e operação da infraestrutura do contrato de concessão da investida Via Brasil BR-163. O contrato de arrendamento tem duração de 60 meses com atualização anual do contrato pelo índice do IPCA. Foi utilizado a taxa incremental de desconto de 6,05% ao ano.

c) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil da Investida Luz de Belém realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR.

16.1.1 Movimentação do direito de uso

	31/12/2023					
	Direito de uso líquido em 31/12/2022	Novos Contratos	Aquisição Participação Societária de Águas do Sertão	Remen-suração	Amortização do período	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Built to suit (a)	12.327	-	-	610	(1.688)	11.249
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (b)	47.446	8.382	-	3.196	(13.230)	45.794
Direito de uso - Luminárias (c)	35.702	-	-	1.237	(5.250)	31.689
Direito de uso - Outros arrendamentos	23.637	15.896	407	1.620	(10.719)	30.841
	119.112	24.278	407	6.663	(30.887)	119.573

	31/12/2022				
	Direito de uso líquido em 31/12/2021	Novos Contratos	Transferência para Intangível	Amortização do período	Direito de uso líquido final
Direito de uso - Built to suit (a)	12.784	-	1.158	(1.614)	12.328
Direito de uso - Built to suit - MT-100	19.829	-	(18.826)	(1.003)	-
Direito de uso - Máquinas e Equipamentos (c)	55.584	-	-	(7.299)	48.285
Direito de uso - Luminárias (c)	-	36.933	-	(1.231)	35.702
Direito de uso - Outros arrendamentos	10.888	21.216	197	(9.504)	22.797
	99.085	58.149	(17.471)	(20.651)	119.112

16.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Passivo de arrendamentos - Built to suit (a)	2.004	1.682	13.204	11.852
Passivo de arrendamentos - Máquinas e Equip. (b)	13.683	12.344	8.864	9.109
Passivo de arrendamentos - Luminárias (c)	12.447	16.659	79.430	89.282
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	11.307	11.721	117.185	124.269

(*) As referências estão apresentadas na nota 16.1 logo acima, considerando que os contratos do passivo de arrendamentos são os mesmos do direito de uso.

16.2.1 Movimentação passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2022	Novos Contratos	Aquisição Participação Societária de Águas do Sertão	Provisão de juros e Remensuração	(-) Pagamento principal	(-) Pagamentos Juros	Saldo em 31/12/2023
Built to suit (a)	13.403	-	-	2.944	(1.777)	(1.259)	13.311
Máquinas e Equip. (b)	49.082	11.578	-	3.481	(12.227)	(3.481)	48.433
Luminárias (c)	35.387	827	-	3.210	(11.890)	(3.210)	24.324
Outros arrendamentos	26.397	16.178	414	3.357	(12.966)	(2.263)	31.117
	124.269	28.583	414	12.992	(38.860)	(10.213)	117.185
Built to suit (a)	12.899	-	3.365	(1.494)	(1.367)	-	13.403
Built to suit - MT-100	15.062	-	3.830	(16.645)	(2.247)	-	-
Máquinas e Equip. (b)	55.585	-	2.063	(5.663)	(2.063)	(840)	49.082
Luminárias (c)	-	36.933	664	(1.546)	(664)	-	35.387
Outros arrendamentos	11.901	21.962	1.652	(6.876)	(1.437)	(805)	26.397
	95.447	58.895	11.574	(32.224)	(7.778)	(805)	124.269

16.3. Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IRFS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

Fluxo de Caixa	31/12/2023		31/12/2022	
	Nominal	Ajuste a Valor Presente	Nominal	Ajuste a Valor Presente
Contraprestação de arrendamento	135.890	18.704	147.046	22.779
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	12.570	1.730	13.602	2.107
	148.459	20.434	160.648	24.886

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 31 de dezembro de 2023 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Rúbricas	31/12/2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Passivo de arrendamentos						
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	117.185	43.923	35.796	30.385	15.021	5.866
Fluxo com projeção de inflação	117.185	45.952	38.760	33.888	17.255	6.941
Varição	0,00%	4,62%	8,28%	11,53%	14,88%	18,32%

>>>>>>>>

o empreiteiro Sistema de Saneamento do Farol-SPE na aquisição das quotas de capital, conforme nota 38, na investida Luz de Belém no valor de R\$ 7.504 e na investida Via Brasil BR-163 no valor de R\$ 55.892 que foram reconhecidas como contrato de construção dos ativos, e serão faturados e pagos à medida que forem realizadas a avaliações das medições.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1 Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em debêntures, estruturadas na modalidade de project *finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas, financiamentos de longo prazo estruturados em linhas de bancos públicos como BNDES-- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Além disso, a Companhia conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos por meio de linhas de créditos específicos para essa finalidade.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/12/2023		31/12/2022	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB Capital de Giro - DI + 4,41% (Safra)	jan/24	18,04%	-	-	7.511	7.500
Debêntures - 1ª emissão - DI + 4,50%	jul/26	17,12%	81.144	-	95.748	-
Mútuo - IPCA + 15%	out/22	21,64%	-	-	1.135	-
Debêntures - 2ª emissão - DI * 3,0% (ITAÚ)	dez/25	22,74%	1.136	167.539	2.083	213.725
CCB Capital de Giro - DI - 4,00% (ABC)	dez/26	16,67%	50.587	-	152.594	-
CCB Capital de Giro - DI - 5,30% (BB)	abr/25	19,60%	3.281	6.629	5.871	11.517
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (SICOOB)	abr/25	19,86%	-	-	4.289	6.328
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (SICOOB)	dez/26	19,83%	-	-	2.792	1.383
CCB Capital de Giro - DI + 5,5% (BMP MONEY PLUS)	fev/23	27,11%	-	-	32.324	-
Financiamento para aquisição de TVM (XP Investim.)	jun/24	21,22%	99.240	-	53.101	84.716
Conta Garantida (BB)	dez/23	20,87%	-	-	2.700	-
			235.388	174.168	360.148	325.169

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
CCB Capital de Giro - DI + 4,41% (Safra)	jan/24	18,04%	-	-	7.511	7.500
Mútuo - IPCA + 15%	out/22	21,64%	-	-	1.135	-
CCB Capital de Giro - DI + 4,00% (ABC)	dez/26	16,67%	50.587	-	152.594	-
CCB Capital de Giro - DI + 5,30% (BB)	abr/25	19,60%	3.281	6.629	5.871	11.517
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (SICOOB)	abr/25	19,86%	-	-	4.289	6.328
CCB Capital de Giro - DI + 4,90% (SICOOB)	dez/26	19,83%	-	-	2.792	1.383
CCB Capital de Giro - DI + 5,5% (BMP MONEY PLUS)	fev/23	27,11%	-	-	32.324	-
CCB Capital de Giro - Uebeluz (SANTANDER)	fev/23	4,23%	-	-	27	-
Conta Garantida (BB)	dez/23	20,87%	-	-	2.700	-
CCB Capital de Giro - DI + 3,40% (BB)	dez/23	17,16%	-	-	32.041	-
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	6,00%	3.972	-	221	3.830
CCB - FDU 14,44%	set/23	4,50%	-	-	15	-
BNDES - MT 100 - 4,10% a.a	set/43	13,65%	2.152	169.705	985	79.652
			59.992	176.334	242.505	110.210

Debêntures, CRI e outros TVM

Debentures Públicas Águas de Itapema - IPCA + 7,06%	out/27	13,75%	20.955	56.480	17.943	72.054
Debentures Públicas Saneasalto - CDI + 4%	dez/26	12,12%	8.830	20.436	8.389	28.313
Debentures Públicas MT-320 - IPCA + 6,20%	dez/36	12,04%	5.889	134.568	3.891	133.508
Debentures Públicas MT-246 - CDI + 2,70%	jan/23	17,51%	-	-	75.028	-
Debentures Públicas BR-163 - IPCA + 8,59%	jun/26	16,51%	882.261	-	3.170	832.962
Debentures - 1ª emissão Conasa - DI + 4,50%	jun/26	17,12%	81.144	-	95.748	-
Debêntures - 2ª emissão Conasa - DI + 3,0%	dez/25	22,74%	1.136	171.291	2.083	213.725
Debêntures - 1ª emissão ADS - DI + 4,75%	ago/24	18,86%	950.551	-	-	-
Financiamento para aquisição de TVM	Diversos	21,22%	99.240	-	53.101	84.716
Notas de Créditos Escriturais (MT-246) -3,34%	jul/24	15,57%	97.873	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários (Sanema) -8,91%	ago/37	13,20%	7.095	186.413	7.881	183.901
			2.154.974	569.188	267.234	1.549.179

Arrendamentos mercantis financeiros

Finame - IPCA + 1,89% (Sanetrat)	set/25	9,06%	472	933	483	1.428
			472	933	483	1.428
			2.215.438	746.455	510.222	1.660.817

18.2 Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2023	-	-	360.148	510.222
2024	235.388	2.215.438	185.024	151.105
2025	107.530	189.748	100.417	253.212
2026	66.638	129.369	39.728	37.963
2027	-	174.995	-	151.828
Após 2027	-	252.343	-	1.066.709
Total	409.556	2.961.893	685.317	2.171.039
Circulante	235.388	2.215.438	360.148	510.222
Não circulante	174.168	746.455	325.169	1.660.817
	409.556	2.961.893	685.317	2.171.039

18.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Controladora	Consolidado
Aquisição Águas do Sertão	-	824.308
Captações	-	225.033
(-) Pagamentos do principal	(286.049)	(418.844)
(-) Pagamentos de juros	(75.121)	(291.543)
Provisão de juros	88.471	444.064
(-) Custo de captação	(4.624)	(5.676)
(+) Amortização do Custo de captação	1.562	13.512
Saldo em 31 de dezembro 2023	409.556	2.961.893

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Controladora	Consolidado
Captações	586.215	1.750.390
(-) Pagamentos do principal	(43.946)	(150.801)
(-) Pagamentos de juros	(51.479)	(86.595)
Provisão de juros	57.338	153.987
(-) Custo de captação	(2.498)	(64.442)
(+) Amortização do Custo de captação	2.713	11.240
Saldo em 31 de dezembro de 2022	685.317	2.171.039

18.4 Garantias dadas

As debêntures de emissão de coligadas e controladas estão garantidas por cessão fiduciária dos recebíveis das SPEs, alienação fiduciária das ações das SPEs, e eventualmente aval da Companhia como acionista, além de aplicações financeiras como contas reservas.

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Águas de Itapema 2ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Saneasalto 3ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas
Sanema 1ª emissão	Totalidade dos direitos do contrato de locação	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-320 3ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas
Via Brasil MT-246 1ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Via Brasil BR-163 1ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Parcela semestral
Companhia Infraestrutura 1ª emissão	Dividendos das investidas até dezembro de 2021, Consórcio FEC e Alegrete.	Não	-	Não
Águas do Sertão 1ª emissão	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	-	Não
Companhia Infraestrutura 2ª emissão	Dividendos das investidas até dezembro de 2021	Não	-	Não

18.5 Debêntures-- Águas de Itapema (3ª emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2019, foi deliberada e aprovada a 3ª emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão. A emissão foi de 100 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais.

A remuneração pactuada para as debêntures é de IPCA + 7,07% a.a., em 17 (dezesete) parcelas semestrais, com vencimento todo dia 15 de abril e outubro de cada ano, iniciando em 15 de outubro de 2019 e com vencimento em 15 de outubro de 2027.

18.5.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir da data base de dezembro de 2019, de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2, os quais causarão vencimento antecipado com descumprimentos por 2 anos consecutivos ou 3 alternados; (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,7; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas não financeiras. Cumpriu também com o índice ICSD, assim como cumpriu com o índice de liquidez corrente. A Companhia medirá novamente seus covenants no encerramento do exercício de 2024.

18.6. Debêntures-- Saneasalto (3ª emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das

debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

18.6.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os covenants financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender a estes índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros de liquidez corrente e o ICSD. A Companhia não obteve penalidade com vencimento antecipado no encerramento do exercício de 2022, por não cumprir com o índice de liquidez encerrando com número inferior a 1%, pois o vencimento antecipado se dará no não cumprimento dos índices em dois anos consecutivos ou por 3 anos alternados.

18.7. Debêntures – Conasa infraestrutura (1ª emissão)

Em 30 de julho de 2021 foi realizada a primeira emissão de 100 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000 sob a forma escritural, com prazo de 5 anos e taxa vinculada a variação do DI somada a um spread de 4,5% a.a. As debêntures são da espécie quirográfaria (sem preferência). As debêntures são garantidas por fiança e possuem covenants.

18.7.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) liquidação, dissolução ou decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social. Os covenants financeiros serão medidos através das demonstrações financeiras a partir do encerramento do exercício de 2022, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deverá ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e a dívida líquida/EBITDA que não deve ser igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Conasa Infraestrutura S.A. não atingiu os covenants financeiros, desta forma em 26 de março de 2024 a Assembleia Geral de Debenturistas concedeu por unanimidade de 100% das debentures em circulação o waiver para o não cumprimento, não havendo evento de vencimento antecipado não automático da emissão conforme nota explicativa 33. Em função dessa quebra, essa dívida foi classificada para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

18.8 Debêntures – Via Brasil MT-320 (3ª emissão)

Em 7 de junho de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de 135.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios de 6,20%, sendo atualizados mensalmente pelo IPCA, com vigência de 15 (quinze) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 15 de dezembro de 2036, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

18.8.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Os covenants financeiros previstos na terceira emissão de debêntures serão apurados pela Emissora anualmente a partir do exercício de 2022, com base nas demonstrações financeiras da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo: não atingimento da Emissora do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) nas seguintes hipóteses: (a) em qualquer medição, se inferior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos), ou (b) em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas o ICSD seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) e inferior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros.

18.9 Debêntures – Via Brasil MT-246 (1ª emissão)

Em 1 de dezembro de 2021, através da assembleia geral extraordinária, a Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de 65.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 65.000 (sessenta e cinco milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., acrescida de sobretaxa equivalente a 2,70% a.a. Possuia vencimento em parcela única em 1 de junho de 2023, e assim foi liquidado nesta data.

18.9.1 Condições Restritivas não Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Não há covenants financeiros vinculados a emissão das debêntures.

18.10. Debêntures – Conasa infraestrutura (2ª emissão)

Em 19 de dezembro de 2022 foi realizada a segunda emissão de 215 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 215.000 sob a forma escritural, com prazo de 3 anos e taxa vinculada a variação do DI somada a um spread de 3% a.a. As debêntures são da espécie quirográfaria (sem preferência) e conversíveis em ações. As debêntures são garantidas por fiança e possuem covenants.

18.10.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) liquidação, dissolução ou decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social. Os covenants financeiros deverão ser medidos através das demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 2023, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deverá ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e a dívida líquida/EBITDA que não deve ser igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Conasa Infraestrutura S.A. não atingiria os covenants financeiros, desta forma em 13 de outubro de 2023 a Assembleia Geral de Debenturistas concedeu por unanimidade de 100% das debentures em circulação o waiver para o não cumprimento, não havendo evento de vencimento antecipado não automático da emissão.

Os covenants financeiros da 2ª emissão da Companhia seguem os covenants da 1ª emissão, descrita na nota 18.7.1 acima.

18.11. Certificado de Recebíveis Imobiliários – Sanema Saneamento de Maceió (1ª emissão)

Em 6 de setembro de 2022, através da reunião do Conselho de Administração, a Empresa aprovou a sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e garantia fidejussória adicional, para colocação privada, composta por 128.000 (cento e vinte e oito mil) notas comerciais escriturais com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data de sua emissão, perfazendo o montante total de R\$ 128.000 (cento e vinte e oito milhões de reais) (“Notas Comerciais Escriturais”), para Colocação Privada, da “SANEMA – Saneamento de Maceió Ltda.”.

A SANEMA vinculou a totalidade dos Créditos Imobiliários Notas Comerciais e a fração de 23,98% (vinte e três inteiros e noventa e oito centésimos por cento) dos Créditos Imobiliários Locação representados pela CCI Locação (em conjunto, os “Créditos Imobiliários”) aos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª (primeira) Série da sua 34ª (trigésima quarta) emissão (“CRIs” e “Emissão”, respectivamente), por meio do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª Série da 34ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., lastreados em créditos imobiliários devidos pela SANEMA – Saneamento de Maceió Ltda. e pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL”, celebrado entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (“Agente Fiduciário dos CRIs”) (“Termo de Securitização”), nos termos da Lei 14.430 e Resolução CVM 60, com a emissão de 200.000 (duzentos mil) CRIs com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão

societário direto da Companhia, a qual passa a ser composto apenas pela Conasa Infraestrutura; (ii) liberação da garantia fidejussória na forma de fiança prestada pela Allonda Ambiental; (iii); aditamento do contrato de alienação fidejussória para refletir a nova estrutura societária da emissora; (iv) aditamento à escritura de emissão, para refletir a liberação da fiança, exclusão da Allonda Participações e da Allonda Ambiental como parte de tal documento; (v) concessão do waiver prévio à Conasa para descumprimento dos índices financeiros Conasa durante todo o exercício de 2023, sem que isto configure uma hipótese de vencimento antecipado, de modo que a primeira apuração de tais índices deverá ser realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do primeiro trimestre de 2024.

18.14. Via Brasil MT-100 (BNDES)
A Via Brasil MT-100 realizou empréstimo junto ao Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato foi assinado no montante de R\$ 200.000 a serem liberados mediante condições contratuais, tendo sua primeira liberação em 7 de junho de 2022 no valor de R\$ 62.000, a segunda liberação em 27 de setembro de 2022 no valor de R\$ 20.000 e a terceira em 30 de maio de 2023, totalizando o valor de R\$ 132.000. O contrato tem seu vencimento final em 15 de setembro de 2043, com juros remuneratórios de 4,10% ao ano e com garantia real de penhor da totalidade das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

18.14.1. Condições restritivas não financeiras – “Covenants”
Dentre os principais covenants não financeiros para decretação de vencimento antecipado está o descumprimento de obrigações relativas às garantias assumidas, penhor ou gravame sobre os bens e os direitos do contrato de concessão, decretação de caducidade ou extinção antecipada da concessão, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, alteração do controle efetivo acionário sem a prévia anuência do BNDES, entre outros. Não há covenants financeiros no contrato de empréstimo.

19. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos sociais	1.340	250	19.515	6.855
13º salário, Férias e encargos sociais	418	276	9.045	5.602
Outras despesas a pagar de pessoal	76	45	4.104	437
	1.834	571	32.664	12.894

20. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS a recolher	260	44	14.422	1.761
Retenção de impostos	98	70	13.162	6.441
Impostos de renda e contribuição social	-	-	9.393	5.678
ISS a recolher	-	-	9.685	756
Outros encargos	-	-	1	1
	358	114	46.663	14.637

21. Impostos e contribuições parcelados

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Parcelamento previdenciário	18	111	421	880
Parcelamento federal (b)	44	240	7.655	10.086
Parcelamento municipal (c)	-	-	7.413	689
Parcelamento federais PGFN	-	-	763	2.424
Parcelamento PRT/PERT (a)	69	63	1.771	1.547
	131	414	18.023	15.626
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	-	16	83	420
Parcelamento federal (b)	-	40	11.015	15.798
Parcelamento federais PGFN	-	-	5.844	6.986
Parcelamento PRT/PERT (a)	351	384	7.923	8.774
	351	440	24.865	31.978
	482	854	42.888	47.604

b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	15.626
2024	18.023	14.223
2025	12.038	9.326
2026	6.715	5.325
2027	3.811	1.508
Após 2027	2.301	1.596
	42.888	47.604

(a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária – PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017, optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Foram incluídas dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e a existência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Somente a investida Águas de Itapema permaneceu no PRT liquidando o valor total no início do segundo semestre de 2019.

(b) Os parcelamentos federais compreendem os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) parcelados da controladora e das investidas aos quais são todos parcelados em 60 parcelas com vencimentos finais a depender da data de adesão, atualizados pela taxa Selic mensalmente.

(c) Os parcelamentos municipais compreendem ao tributo ISS, onde foram parcelados em sua maioria em alguns municípios das investidas Via Brasil BR-163, os quais são todos parcelados em até 24 parcelas com vencimentos finais a depender da data de adesão, atualizados pela taxa Selic mensalmente.

22. Tributos diferidos

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu crédito sobre base negativa da Contribuição Social no valor de R\$ 469 da investida Sanesalto Saneamento para a qual há expectativa de geração de lucro tributável futuro, e já utilizou parte deste durante o exercício de 2023, conforme plano de negócio da Companhia. Na investida Via Brasil MT-246 foram reconhecidos o valor de R\$ 1.744 de IRPJ e CSLL diferido, considerando resultados positivos futuros. Em 31 de dezembro de 2023 mantinha saldo de R\$ 1.895.

b) As naturezas dos tributos diferidos passivos constituídos referem-se ao reconhecimento do ativo de contrato de concessão das investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, onde o respectivo recebimento dos contratos vinculados aos ativos financeiros só ocorrerão em data futura. O aumento nos tributos diferidos a pagar se deve aos avanços das obras de construção de ativos da Sanema. Foram provisionados também impostos diferidos sobre a receita entregue e ainda não faturada das investidas Águas de Itapema, Águas do Sertão, Sanesalto e Luz de Belém.

c) A Companhia reconheceu no passivo o imposto de renda e a contribuição social diferidos no valor total de R\$ 43.151 sobre a mais valia dos ativos líquidos adquiridos no valor de R\$ 126.006, e consequentemente o valor de R\$ 909 de *Goodwill*, atribuídos ao contrato de concessão do ativo intangível da adquirida Águas do Sertão. A controladora é optante pelo regime tributário de lucro real, porém não constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, considerando as suas projeções futuras e perspectiva de voltar ao lucro presumido nos próximos anos.

Ativos Diferidos (a)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	1.282	-
Base Negativa da Contribuição social diferido	613	469
	1.895	469

Passivos Diferidos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pis e Cofins diferidos sobre Ativo de Contrato (b)		
Pis diferido sobre ativo de contrato	4.377	4.193
Cofins diferido sobre ativo de contrato	20.203	19.353
	24.580	23.546

Imposto de renda e contribuição social diferido sobre Ativo de Contrato e Receitas não faturadas (b)

Imposto de renda diferido	54.458	50.898
Contribuição social diferido	19.625	18.338
	74.083	69.236

Imposto de renda e contribuição social diferido sobre Mais Valia na combinação de negócios (c)

Imposto de renda diferido	31.662	-
Contribuição social diferido	11.398	-
	43.060	-

Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos **117.143** **69.236**

22.1 Fluxo de reconhecimento dos tributos diferidos passivos

Ano de previsão de reconhecimento dos diferidos	31/12/2023		31/12/2022	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
2023	-	-	-	14.055
2024	15.086	12.232	-	-
2025	13.065	12.232	-	-
2026	13.065	12.232	-	-
2027	13.065	12.232	-	-
Após 2027	87.442	29.799	-	-
Total	141.723	92.782	-	-

23. Outros passivos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Demais contas a pagar				
Duplicatas a pagar (a)	8.375	-	8.375	-
Títulos a pagar	-	-	5.099	-
Outras contas a pagar	-	-	1.929	1.456
	8.375	-	15.403	1.456
Partes relacionadas (b)				
Sanesalto Saneamento S.A.	1.850	-	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	1.474	-	-	-
Sanema Saneamento S.A.	682	-	-	-
	4.006	-	-	-
Total passivo circulante	12.381	-	15.403	1.456

Passivo não circulante

Duplicatas a pagar (a)	8.525	-	8.525	-
Outras contas a pagar	-	-	430	-
	8.525	-	8.955	-

(a) No dia 16 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a outra acionista Allonda Ambiental Saneamento S.A para aquisição da totalidade das ações detidas por esta na investida Águas do Sertão S.A., conforme mencionado na nota 12 (a) iii.

(b) Conforme mencionado na nota 9.2(b), sobre os serviços administrativos compartilhados a Companhia recebeu adiantamentos de investidas Sanesalto, Sanetrat e Águas de Itapema no valor de R\$ 4.007 a ser compensado logo no início do exercício de 2024.

24. Provisão para contingências

24.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para essas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Saldos patrimoniais:

Em 31 de dezembro de 2023, a Controladora provisionou o valor de R\$ 3.744 (R\$ 2.320 em 31 de dezembro de 2022). A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para possíveis processos cujo exista expectativa de perda no âmbito tributário, referentes aos impostos de prestação de serviços continuados. As demais investidas do Grupo também provisionaram o valor de R\$ 5.300 desta mesma natureza.

	Controladora				
	31/12/2023	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável	-	-	-	4.415	4.415
	-	-	-	4.415	4.415

Probabilidade de perda

	Controladora				
	31/12/2022	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável	-	-	-	2.320	2.320
	-	-	-	2.320	2.320

Probabilidade de perda

	Consolidado				
	31/12/2023	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável	1.417	22	-	14.937	16.376
	1.417	22	-	14.937	16.376

Probabilidade de perda

	Consolidado				
	31/12/2022	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda					
Provável	1.417	22	-	7.621	9.060
	1.417	22	-	7.621	9.060

(b) Movimentação:

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	2.320	2.320

Reversões	-	-	-	-
Provisões	-	-	2.095	2.095
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	4.415	4.415

Saldo em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.417	22	7.621	9.060

Reversões	-	-	(1.417)	(1.417)
Provisões	-	-	8.733	8.733
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.417	22	14.937	16.376

Saldo em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.417	22	-	1.439

Reversões	-	-	-	-
Provisões	-	-	7.621	7.621
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.417	22	7.621	9.060

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

24.2. Processos com probabilidade de perda possível e remota

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela Administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 26.658 em processos cíveis (R\$ 17.185 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 3.181 (R\$ 4.489 em 31 de dezembro de 2022) em processos trabalhistas, R\$ 43.340 (R\$ 25.950 em 31 de dezembro de 2022) em processos tributários relacionados a cobrança de ISS, IRPJ e CSLL e R\$ 14.127 (R\$ 9.139 em 2022) em processos ambientais relacionados a estações de tratamento de esgoto, considerados como perdas possíveis.

Conforme mencionado na nota 1.2 de investimentos operacionais, o Grupo é parte envolvida em processos judiciais de algumas investidas os quais consideram a probabilidade de perda remota. Na investida Sanesalto Saneamento o poder concedente alega que o prazo de concessão já se concluiu, porém o termo aditivo 10 prorroga o contrato até 2032. Na investida Teresina Luz, o segundo colocado pede suspensão do processo licitatório o qual já estamos em última instância sem probabilidade de perda, uma vez que já cumprimos todo o primeiro ciclo de investimentos. Na investida Alegrete Participações, a Companhia pleiteia um reequilíbrio de contrato ao qual ainda está em andamento. A investida Marabá Luz chegou a assinar o contrato de concessão, porém não assinou a ordem de serviço.

25. Patrimônio Líquido

25.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 368.565, representado por 215.862.377 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Foi realizado aporte em 10 de fevereiro de 2022 pela emissão de 60.558.409 ações ordinárias nominativas ao valor unitário de R\$ 4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos) pelos acionistas Infra Setorial Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e pela DP Brasil SPV I, LLC sendo este alocado o valor de R\$ 10 em capital social, e o valor remanescente de R\$ 264.373 alocado em reserva de capital, conforme cláusula 2.5.4 do acordo de acionistas, assim como prevê o artigo 182 item "a" da Lei 6.404/76.

Em 30 de junho de 2022, a U2S Participações Ltda., exerceu um Bônus de Subscrição relacionados a ações da BR163 com a integralização de 2.089.115 (dois milhões, oitenta e nove mil e cento e quinze) ações por R\$ 1,00 (um real). Em 11 de maio de 2023 a Companhia recebeu aporte no valor de R\$ 197.883 representando 45.806.321 ações preferenciais e em 9 de junho de 2023 mais R\$ 48.739 representando 11.282.196 da acionista DP Brasil, totalizando 57.088.517 ações preferenciais ao valor de R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos). Nesta mesma data foram emitidas mais 2.314.815 ações preferenciais de

b) Em 16 de dezembro de 2021, em decorrência da incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta houve o reconhecimento da variação do ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 9.130.

c) Em 20 de junho de 2022, em decorrência da aquisição de 24% das ações que pertenciam aos não controladores da investida Via Brasil BR-163, houve o reconhecimento da variação do ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 1.340, resultante de transação de capital entre acionistas.

d) Em 31 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu a participação da Sanema assim como da ASB em sua totalidade da acionista Ello, Serviços, obras e Participações S.A. no valor de R\$ 40.000. Na transação houve o reconhecimento de variação de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 43.172, que corresponde a diferença entre o valor pago e o valor de livros da participação societária adquirida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém saldo de R\$ 48.457 (R\$ 48.457 em 31 de dezembro de 2022) de ajuste de avaliação patrimonial.

Companhias	% Ações Adquiridas	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (a)	6,21%	(2.505)	(2.505)
Via Brasil MT-100 Concessionária Rodovias S.A.(b)	12,00%	3.103	3.103
Via Brasil MT-320 Concessionária Rodovias S.A.(b)	12,00%	2.123	2.123
Via Brasil MT-246 Concessionária Rodovias S.A.(b)	12,00%	1.054	1.054
Luz de Belém SPE S.A.	25,00%	2.850	2.850
Via Brasil BR-163 Concessionária Rodovias S.A.(c)	24,00%	(1.340)	(1.340)
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (d)	31,82%	39.286	39.286
Sanema Saneamento de Maceió Ltda. (d)	3,00%	3.886	3.886
		48.457	48.457

25.3. Ágio na emissão de ações

Em 16 de dezembro de 2021 com a incorporação dos percentuais dos ativos que pertenciam a Zetta Participações S.A. nas investidas, Luz de Belém, MT-100, MT-320 e MT-246 houve ágio na emissão de ações no valor de R\$ 16.914.

25.4. Reserva de capital

Conforme mencionado na nota 25.1 em 10 de fevereiro de 2022 houve a subscrição de ações atreladas a integralização de capital social e de seus ativos no valor de R\$ 264.373 a ser mantido como reserva de capital.

25.5. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia absorveu a reserva legal em sua totalidade com prejuízos acumulados, considerando o resultado negativo no encerramento do exercício.

25.6. Reserva de retenção de lucros e Prejuízos acumulados

No encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém saldos em reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 6.202. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia absorveu em sua totalidade a reserva de retenção de lucros encerrando com prejuízos acumulados no valor R\$ 193.355.

25.7. Dividendos mínimos obrigatórios

O saldo a pagar de dividendos em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 3.750 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Foram distribuídos durante o exercício o valor de R\$ 2.569 até o período findo em 31 de dezembro de 2023 restando saldo de R\$ 1.181. Além do saldo a pagar de dividendos propostos pela Controladora o Grupo mantém em 31 de dezembro de 2023 o saldo de R\$ 4.192 (R\$ 5.994 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado referente a participação de não controladores.

25.8. Participação de não controladores

Durante o primeiro semestre de 2022 os acionistas não controladores integralizaram o valor de R\$ 8.642 na investida Via Brasil MT-100. Ainda neste período a Companhia adquiriu ações residuais no valor de R\$ 1.340 de acionistas minoritários da investida Via Brasil BR-163. Em 24 de maio de 2023 os acionistas não controladores integralizaram o valor de R\$ 28.800 da investida Via Brasil MT-246. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo de participação de não controladores da Companhia encerrou em R\$ 205.324 (R\$ 172.630 em 31 de dezembro de 2022).

25.9. Bônus de Subscrição

A Conasa emitiu 12 Bônus de Subscrição com objetos definidos, tendo como contraparte veículo de investimento da Generate Capital, a DP Brazil SPV I, LLC. Parcela dos Bônus de Subscrição estão vinculados a mecanismos de pagamentos adicionais, pela DP Brazil, dependendo de performance da Companhia e seus ativos, podendo resultar na emissão de até 2 (duas) ações com valores de integralização até R\$ 58.155, que deverá ser pago pela DP Brazil a Conasa como forma de integralização das duas ações emitidas.

A parcela adicional dos Bônus de Subscrição fornecidos à DP Brazil SPV I, LLC, com a emissão de ações adicionais no preço de R\$ 0,10 (dez centavos) por ação para fins de indenização à Generate Capital para recomposição de eventuais perdas decorrentes de temas anteriores à entrada desta no capital social da Companhia e poderão resultar na emissão de quantidade de ações suficiente para tal indenização. Essa recomposição será realizada por meio da emissão de ações adicionais no preço de R\$ 0,10 (dez centavos) por ação. Não houve até o momento nenhum evento indenizatório.

26. Dividendos a receber

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, suas investidas propuseram os dividendos mínimos obrigatórios, seguindo seus estatutos sociais. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 algumas investidas ainda não haviam pago os dividendos mínimos obrigatórios referente a 2022, conforme tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Companhia Aguas de Itapema	-	3.860	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	-	730	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	419	324	-	-
Urbeluz Energética S.A.	99	1.041	-	-
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	10.898	6.934	-	-
Via Brasil MT-100 S.A.	9	4	-	-
Teresina Luz S.A.	-	741	-	741
Juros sobre capital próprio	1.288	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	380	-	380
	12.713	14.014	-	1.121
Não Circulante				
Companhia Aguas de Itapema	6.516	-	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	1.820	-	-	-
	8.336	-	-	-
Total de dividendos a receber	21.049	14.014	-	1.121

26.1. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(208.118)	(92.915)
Lucro atribuído a não controladores	5.587	10.580
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(202.531)	(103.495)

PREJUÍZO POR AÇÕES

Média ponderada das ações 326.780.565 273.289.274
Lucro básico por ação (em Reais) (0,6198) (0,3787)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

Quantidade de ações	31/12/2023	Avos	31/12/2022	Avos
	278.589.901	04/12	215.862.377	01/12
	324.393.222	01/12	278.509.901	11/12
	337.993.233	05/12	-	-
	396.323.892	02/12	-	-

Média ponderada de ações 326.780.565 Média ponderada de ações 273.289.274

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços (Saneamento)	-	-	330.393	129.676
Receita bruta de serviços (Energia)	-	-	105.100	102.693
Receita bruta de serviços (Rodovias)	-	-	557.565	135.184
Receita de obras de engenharia e serviços	3.380	10.113	3.380	10.113
Receita de locação de veículos e equipamentos	426	497	272	156
Remuneração do ativo de contrato (a)	-	-	24.920	26.041
Receita de construção (Saneamento) (b)	-	-	65.126	3.741
Receita de construção (Saneamento - ATF) (c)	-	-	-	15.590
Receita de construção (Energia) (b)	-	-	14.736	18.376
Receita de construção (Rodovia) (b)	-	-	956.413	752.426
Cancelamentos	-	-	(14.369)	(5.700)
Impostos sobre prestação de serviços	(442)	(1.308)	(81.108)	(34.348)
	3.364	9.302	1.962.428	1.154.104

(a) Receita de remuneração do ativo de contrato de concessão é reconhecida sobre a correção monetária dos saldos dos investimentos realizados ao longo contrato, sendo parte constante no ativo a receber ao longo dos contratos de Parcerias Público Privadas das investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações através das contraprestações.

(b) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias.

(c) Receita de construção reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos. Em 30 de setembro de 2022, as obras referentes a construção do ativo de locação da investida Sanema foram concluídas e entregue onde restava pequenos detalhes de encerramento de obras que foram finalizadas em 2023. A Sanema vem recebendo o VML (Valor Mensal de Locação) desde o final de 2021, conforme previsto em contrato.

28. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos com pessoal	-	-	(72.998)	(30.339)
Custos com materiais e insumos	-	-	(119.532)	(35.783)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(131.152)	(47.341)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(244.725)	(63.173)
Custos com energia elétrica	-	-	(28.516)	(20.905)
Custos com construção - Saneamento (a)	(3.623)	(11.552)	(68.951)	(15.293)
Custos com construção - Energia (a)	-	-	(14.736)	(18.376)
Custos com construção - Rodovias (a)	-	-	(956.413)	(752.427)
Custos com construção - Saneamento (b)	-	-	-	(7.679)
	(3.623)	(11.552)	(1.637.023)	(991.316)

(a) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento, energia e rodovias.

(b) Custo de construção reconhecido pelos investimentos realizados na construção de ativos de saneamento. No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizava as obras referente a construção do ativo para locação da investida Sanema.

29. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(7.069)	(5.532)	(17.893)	(15.177)
Com serviços de terceiros	(17.733)	(6.937)	(41.348)	(26.531)
Com viagem	(806)	(630)	(4.422)	(6.100)
Com locação	(902)	(842)	(7.042)	(2.510)
Energia elétrica	(133)	(122)	(4.183)	(3.544)
Com depreciação e amortização	(296)	(259)	(11.272)	(8.169)
Despesas com informática	(2.134)	(1.459)	(5.365)	(2.824)
Despesas tributárias	-	-	(1.348)	(2.082)
Despesas com transporte	-	(1)	(2.632)	(776)
Conselho de administração	(2.413)	(1.358)	(2.413)	(1.357)
Serviços de consultoria jurídica	(3.940)	(1.216)	(8.219)	(6.890)
Publicações legais	(107)	(111)	(296)	(256)
Seguro Garantia	(59)	(65)	(2.822)	(1.615)
Outras despesas	(509)	(456)	(6.777)	(678)
	(36.101)	(18.988)	(116.032)	(78.509)

Despesas Comerciais

Com pessoal	(37)	(17)	(5.251)	(1.509)
Propaganda e publicidade	(271)	(409)	(1.273)	(1.214)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	-	-	(37.746)	(7.861)
Com depreciação e amortização	-	-	(79)	(33)
Despesas com informática	(8)	(11)	(1.506)	(810)
Perdas de títulos incobráveis	-	(62)	(1.129)	(57)
Outras despesas comerciais	(2)	(55)	(2.524)	(196)
	(318)	(554)	(49.508)	(11.680)
	(36.419)	(19.542)	(165.540)	(90.189)

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	34.028	25.978	371	186
Despesas recuperadas (b)	523	888	2.314	3.634
Ganhos na remensuração de investimentos (c)	63.003	887	63.003	887
Ganho na alienação de ações - Teresina Luz (f)	9.530	-	9.530	-
Outras receitas não operacionais	-	(38)	1.197	384
	107.084	27.715	76.415	5.091

Outras despesas

Perdas com investimentos	(281)	(535)	(16)	(293)
Baixa por impairment de ativo entre partes relacionadas (d)	-	-	-	(14.537)
Provisão para contingências (e)	(2.095)	-	(10.108)	-
Multas	(1)	(69)	(1.394)	(2.389)
Processos trabalhistas - Aguas de Santo Antônio	-	(2.320)	-	(12.141)
Passivos tributários de períodos anteriores	-	-	(714)	-
Outras despesas	(918)	-	-	(463)
	(3.295)	(2.924)	(12.232)	(29.823)
	103.789	24.791	64.183	(24.732)

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora e investidas, dessa forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.

(b) Referem-se às despesas recuperadas pela Controladora e suas investidas reconhecidas dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do mesmo período em 2022.

(c) Refere-se a reconhecimento do ganho no valor justo da parcela anteriormente detida de 50% das ações de Aguas do Sertão na data em que passou a obter o controle obtendo assim a totalidade do capital social, em conexão com o Pronunciamento CPC 15 – Combinação de Negócios.

(d) Em 30 de setembro de 2022 a investida Urbeluz reconheceu a baixa por impairment do crédito com a Coprapar no valor de R\$ 14.537.

(e) Refere-se ao reconhecimento da provisão de tributos sobre prestadores de serviços continuados de todo o grupo durante o exercício de 2023 no valor de R\$ 7.316, que corroborados com nossos advogados existe probabilidade de perda futura. A investida Urbeluz também registrou perda sobre processo com antigo acionista Jorge Rodrigues Alves no valor de R\$ 2.822 já transitado julgado no período findo em 31 de dezembro de 2023. Houve também uma reversão para perdas de estoques na investida Urbeluz no valor de R\$ 30.

(f) Refere-se a ganho de capital na alienação das ações em sua totalidade da investida Teresina Luz S.A. no valor de R\$ 39.000 resultando em ganho de R\$ 9.530.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(50.135)	(17.895)	(303.253)	(70.082)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.336)	(48.258)	(74.765)	(66.262)
Variação monetária passiva	(1)	-	(66.690)	(26.124)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(11.845)	(10.002)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(65)	(116)	(4.236)	(5.158)
Juros sobre tributos em atraso	(3)	(30)	(6.465)	(4.820)
Juros pagos sobre fornecedores em atraso	(1)	(9)	(14.956)	(40)
Despesas bancárias	(205)	(192)	(9.336)	(1.576)
Custo de captação de empréstimos	(1.562)	(2.713)	(13.512)	(11.240)
Custo financeiro de estruturação de dívida	(216)	(173)	(3.418)	(4.859)
IOF sobre aplicações financeiras	(1.112)	(7.190)	(2.856)	(9.630)
Outras despesas financeiras	(177)	(27)	(185)	(2)
	(91.813)	(76.603)	(511.517)	(209.795)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	3.852	1.525	38.046	67.962
Juros sobre faturamento	-	-	2.681	937
Descontos obtidos	-	-	678	377
Juros e atualização monetária sobre ativo financeiro	-	-	53.381	54.980
Rendimentos sobre títulos de dívida	1.286	3.311	650	1.503
Juros sobre Impostos a recuperar	349	-	1.638	-
(-) Pis e Cofins sobre receita financeira	(803)	-	(803)	-
Outras receitas financeiras	6	4.122	2.016	375
	4.690	8.958	98.287	

>>>>>>>>

38. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição das quotas de capital da empresa Sistema de Esgotamento Sanitário FAROL Ltda. pelo valor de R\$ 16.000 os quais já foram pagos, conforme mencionado na nota 12.a(i). A aquisição da Empresa consiste em realizar os futuros investimentos na controlada Aguas do Sertão. A Companhia está preparando os cálculos do preço de compra para futura divulgação.

Em 17 de janeiro de 2024, foi assinado o reequilíbrio de contrato de concessão, tendo como principais premissas a inclusão de investimentos avaliados como sendo mais emergenciais a fim de garantir o abastecimento de água e coleta de esgoto em áreas de abrangência da CASAL, inicialmente de responsabilidade da SEINFRA – Secretaria de Obras do Estado de Alagoas. Os recursos para ressarcimento destes investimentos serão através do FAP (Fundo Alagoano de Parcerias). Em caso de inadimplemento do FAP a Concessionária terá o não pagamento da aquisição de água conforme previsto em contrato de interdependência.

Em 15 de fevereiro de 2023, a Investida Aguas do Sertão emitiu a sua 2ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, cujo montante totalizou R\$ 1.100.000 e foram liquidadas em sua totalidade em 15 de fevereiro de 2024, e contou com a Coordenação do Banco BTG Pactual S.A., Banco Itaú BBA S.A., BB Banco de Investimento S.A e Banco Santander Brasil S.A. para (i) o pré-pagamento parcial da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora; e (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento das obrigações dispostas no “Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Municípios do Bloco B”. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes ao IPCA, com seu vencimento final em 15 de dezembro de 2040. Dentre as principais cláusulas restritivas, há apenas as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de novas quotas de capital e outros valores mobiliários, entre outros. A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas. Não houve *covenants* financeiros vinculados a emissão das debêntures, sendo que a Companhia deverá manter ICSD acima de 1,2 nos exercícios subsequentes.

Obtenção da Waiver após o período de medição na Conasa Infraestrutura e Via Brasil BR 163. Em 26 de março de 2024, a Conasa Infraestrutura obteve *waiver* dos seus credores pelo não atendimento, no exercício fiscal com término em 31 de dezembro de 2023, (a) do ICSD igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos); e (b) da relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75.

A controlada Via Brasil BR-163 obteve, em 28 de março de 2024, a aprovação da concessão de anuência (*waiver*) para que o descumprimento da Relação Dívida Líquida/EBITDA, exclusivamente em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não seja considerado um Evento de Inadimplemento. Assumindo as seguintes obrigações:

(i) Medição trimestral do índice financeiro durante 2024. A Controlada deverá, durante o exercício de 2024, realizar medições trimestrais a partir de 31 de março de 2024, e atender o índice Relação Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido na Escritura de Emissão).

(ii) Aporte de Capital na Controlada. A Conasa deverá realizar aporte na Controlada, até 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 92.815.

(iii) Pagamento de Waiver Fee. A Controlada deverá realizar o pagamento de *waiver fee* aos Debenturistas, em valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) flat, calculado sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

* * *

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria executiva

- **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto;
- **Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:** Claudio Roberto de Leoni Ramos;
- **Diretor de Operações:** Ricardo Salles de Oliveira Barra;

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Conasa Infraestrutura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Conasa Infraestrutura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Capitalização de gastos no ativo intangível e ativo de contrato - Notas 3.3.6, 3.3.7 e 3.5 (e)**

Os valores registrados como ativo intangível e ativo de contrato referem-se aos gastos incorridos com infraestrutura em função dos compromissos estabelecidos nos contratos de concessão, conforme Interpretação Contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Consideramos a capitalização desses gastos com ativos intangíveis e ativos contratuais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que essas capitalizações podem representar custos que não são elegíveis para capitalização de acordo com as correspondentes normas contábeis aplicáveis e/ou contratos de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e avaliação dos principais controles internos estabelecidos no processo, avaliando os critérios adotados pela administração para identificação, elegibilidade e registro dos gastos capitalizados.

Em uma base amostral, comparamos as adições a intangíveis e ativos contratuais do ano de 2023 com a respectiva documentação comprobatória avaliando a natureza e a elegibilidade das despesas para capitalização. Adicionalmente, realizamos a leitura das divulgações efetuadas nas respectivas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Combinação de negócios - Notas 3.6 e 12 (ii)

Em 6 de janeiro de 2023, a Companhia obteve o controle de sua joint venture Aguas do Sertão S.A. por meio da aquisição de capital social adicional, operação que se enquadra no Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

Essas normas exigem que a Companhia determine o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e determine qualquer ágio ou ganho potencial de uma compra vantajosa na data de aquisição. A mensuração e o reconhecimento da transação envolvem um alto grau de julgamento na determinação das referidas estimativas de valor justo.

Consideramos que os julgamentos feitos pela administração para determinar os ativos e passivos identificáveis em uma combinação de negócios são complexos e eventuais erros de julgamento podem gerar distorções relevantes nas demonstrações financeiras.

A abordagem do assunto envolveu a compreensão e avaliação dos processos e controles da administração associados à contabilização da transação de combinação de negócios, bem como a avaliação da adequação do modelo de fluxo de caixa descontado, da taxa de desconto e das premissas utilizadas pela administração na determinação do valor justo dos ativos adquiridos. e responsabilidades assumidas.

Examinamos também os documentos comprovativos associados à aquisição e à divulgação da transação nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e julgamentos utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 1º de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

balanço conasa digital 1004 pdf

Código do documento 50c3f81d-0eb6-4de2-83cd-612da5de635e



Assinaturas



Marcela Elias Rezende
publicidade@folhadelondrina.com.br
Assinou

Marcela Rezende

Eventos do documento

09 Apr 2024, 17:34:50

Documento 50c3f81d-0eb6-4de2-83cd-612da5de635e **criado** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-09T17:34:50-03:00

09 Apr 2024, 17:35:47

Assinaturas **iniciadas** por JORGE DENIS MENDES (dc013518-5951-4b55-8726-bf1a0ceca05f). Email: artes@folhadelondrina.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-09T17:35:47-03:00

09 Apr 2024, 17:38:43

MARCELA ELIAS REZENDE **Assinou** (87dd5a28-cfe5-4807-b721-edba966a52a9) - Email: publicidade@folhadelondrina.com.br - IP: 200.155.62.93 (200.155.62.93 porta: 51002) - [Geolocalização: -23.319573 -51.1631245](#) - Documento de identificação informado: 079.484.669-67 - DATE_ATOM: 2024-04-09T17:38:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):cbcea4e37b51461092566a24e65958373422a4927f0a916ed5aa24596288e36d

(SHA512):b9b1da6b04fc78ccb837f2fc79d8c0565aba0cc6d9fe3186dbc0af699410cf6c452e1a227d46f61db132fd30816cb1bf1cc5ecfbc3f280c8b890b8573cef4f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign